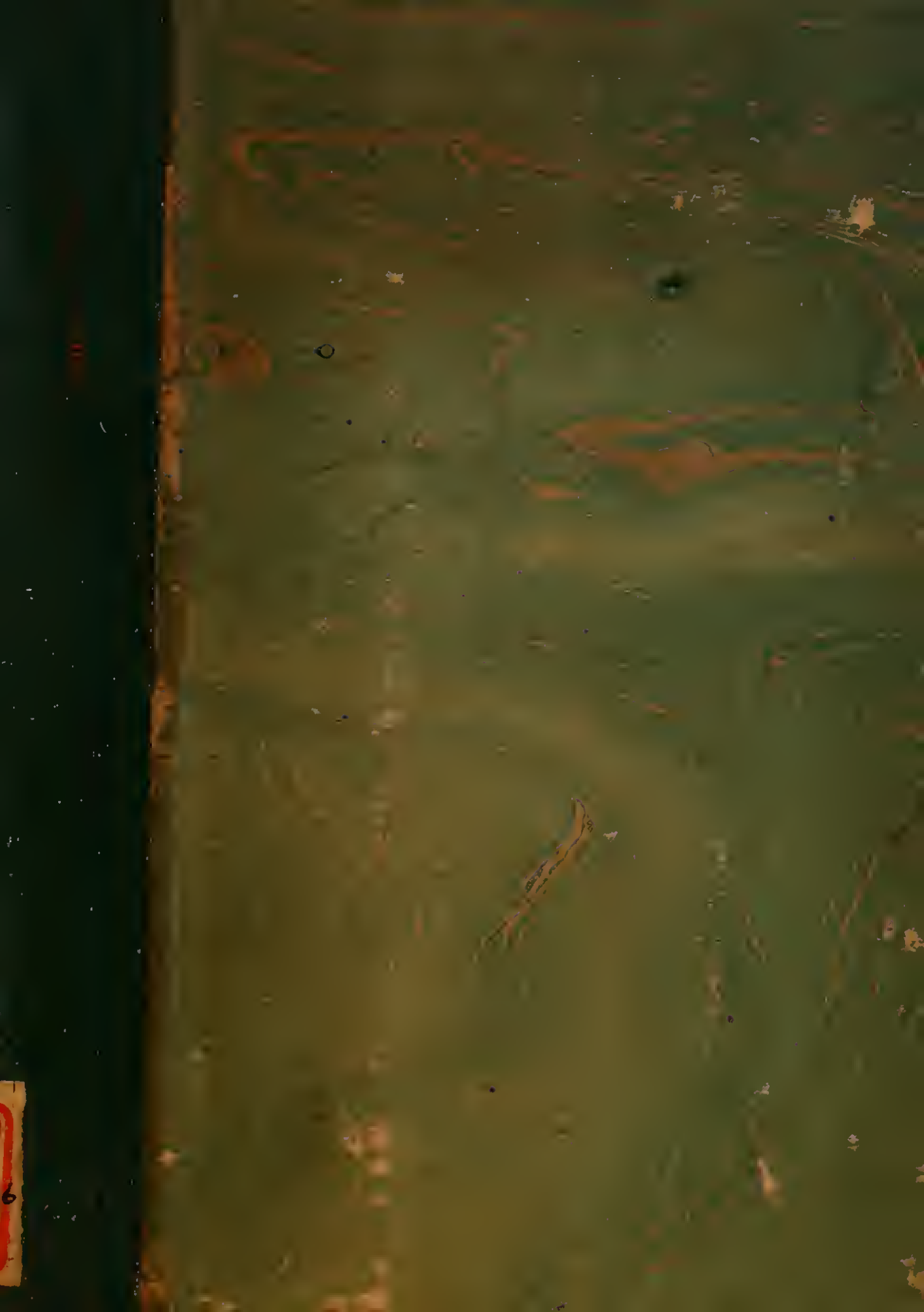

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

TERRITÓRIO FEDERAL DE FERNANDO DE NORONHA

RELATÓRIO DO GOVÊRNO
DO
MAJOR A. A. MAFRA

R 382

1956 e 1957

38x 1058

INTRODUÇÃO

Por Decreto de 2 de Agosto de 1955, do então Presidente João Café Filho, fomos nomeado para o cargo de Governador do Território Federal de Fernando de Noronha, tomando posse em 19 de Setembro de 1955.

Quando sua Excia., o Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, assumiu o Govêrno da República em 31 de Janeiro de 1956, fomos honrado com a sua confiança permanecendo no cargo até sermos exonerado pela Portaria n.º 422 de 21 de Fevereiro de 1958, do Exmo. Sr. Ministro da Guerra, tendo em vista havê-la solicitado pelo Ofício n º 20 — Gov. de 19 de Janeiro do corrente ano, àquela autoridade.

Durante êsse período, procurando corresponder a confiança em nós depositada, nos esforçamos para levar a bom têrmo um programa de govêrno que trouxesse um pouco de progresso a êste Território, subordinado diretamente ao Ministério da Guerra.

Dispondo de parcos recursos orçamentários e exíguo pessoal, agravados êstes problemas pela difícil situação geográfica do Território, sua administração luta com imensas dificuldades para assegurar um padrão mínimo de vida condigna.

A seguir apresentaremos um quadro sucinto das atividades, durante os exercícios de 1956 e 1957, e dos principais problemas do Território, em cumprimento ao que determina o Decreto-Lei n.º 5.718, de 3 de Agosto de 1.943.

Expressamos os nossos agradecimentos, em particular, aos civís e militares, abaixo, que muito contribuiram para os resultados alcançados: —

Dr Eudes Campomizzi — Secretário do Território
Cap Eng Mário Alcidio Lang Ferreira

Cap Inf Renalvo Paiva Rosa e Silva
Cap I E José Félix da Silva
Cap Capelão Leovigildo Barbosa da Silva (Frei Henrique)
Cap Art Evandro José de Macêdo
Ten Farm Eutárcio Pereira da Cunha
Ten Med Armando Moreira Ribeiro
Ten Farm Herbert Antunes Guimarães
Ten Dent Saulo Guedes Trigueiro
Ten Vet Francisco Fernando da Silva Campos
Ten Otávio Teodoro Damasceno
Luiz de Almeida
Odilon Cosme Mariano
José Aquino Imbiriba
Agostinho Acioli de Lima

Não poderíamos deixar de consignar também a nossa gratidão aos Sargentos, Cabos, Soldados e demais funcionários civís, que cumprindo o seu dever, nos prestaram real ajuda.

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Apesar de ter sido criado em 1942, sendo o primeiro Território Federal depois do Acre, Fernando de Noronha até hoje não teve a sua administração regulada, conforme dispõe a Constituição Federal em seu artigo 25.

A legislação existente, obsoleta e arcáica, muito deixa a desejar, criando situações embaraçosas e omissas para a administração.

Pelos Decretos-Leis que regem o assunto, a administração dispõe apenas do Governador, que acumula com as funções de Comandante da Guarnição Militar e de um Secretário.

Para completar a administração, o govêrno pode utilizar elementos da Guarnição Militar, o que vem acarretar uma descontinuidade da mesma, devido à movimentação constante dos referidos elementos, além de sujeitá-la ao seu efetivo, muitas vezes aquém das necessidades de direção dos diversos setores de trabalho, e falta de habilitação dos mesmos para as funções.

A título precário, desde 1952, vem sendo adotada a seguinte organização: —

Governador
Secretaria Geral
Divisão de Educação e Assistência Social
Divisão de Produção
Divisão de Obras.
Divisão de Água e Energia elétrica.

As divisões acima se desdobram em vários serviços que em sua maioria não apresentam uma existência regular, devido justamente à falta de elementos capazes de dirigí-los.

Para solucionar em definitivo a questão, foram estudados

e apresentados às autoridades competentes, pelos govêrnos que nos antecederam, respectivamente General Tristão de Alencar Araripe, General Mário Fernandes Imbiriba e Tenente Coronel José Francisco da Costa, projetos de organização administrativa, que, infelizmente, não mereceram aprovação.

Durante a nossa gestão, a nosso pedido, foi estudado pelo Dr Araújo Cavalcanti, Técnico de Administração do D A S P — Membro do Instituto de Ciências Administrativas e conhecedor profundo dos problemas municipais e dos Territórios Federais, um projeto de organização administrativa para Fernando de Noronha que, encaminhado ao Congresso Nacional pelo Deputado Pontes Vieira, da Bancada Pernambucana, tomou o número 1.627/56.

Êste projeto de lei conhecido como "Operação Arquipélago" planifica o desenvolvimento econômico do Território de Fernando de Noronha.

O projeto final, a nosso ver, necessita sofrer algumas modificações, as quais já foram por nós sugeridas ao autor do trabalho.

Assim, o ideal segundo nosso julgamento, e alterando o projeto inicial, deveria atribuir a Fernando de Noronha a seguinte organização: —

I — Governador
II — Secretaria Geral
III — Comissão de Desenvolvimento
IV — Divisão de Administração

SECRETARIA GERAL

a) — Serviço do Pessoal
b) — Serviço de Geografia e Estatística
c) — Serviço de Saúde e Higiene
d) — Serviço de Educação e Assistência Social
e) — Serviço de Segurança.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO

Teria a seu cargo os estudos, planejamentos técnicos e a execução das iniciativas, providências, obras, empreendimentos e serviços, tendo em vista o desenvolvimento progressivo do Arquipélago, o aproveitamento dos seus recursos naturais, a melhoria das condições de vida dos seus habitantes e a segurança nacional.

O número de seus membros seria variável, de acôrdo com as necessidades e sua estrutura compreenderia os seguintes setores principais: —

S 1 — Setor de Pesquisas e Levantamento
S 2 — Setor de Transportes e Comunicações
S 3 — Setor de Água e Energia elétrica
S 4 — Setor de Produção
S 5 — Setor de Turismo
S 6 — Setor de Obras

Organizaria, também, um plano Diretor de Fernando de Noronha, constituindo um conjunto integrado de melhoramentos a serem atingidos progressivamente mediante aplicação concentrada de recursos financeiros e assistência técnica.

Teria ainda a seu cargo planejar, organizar e manter em perfeito funcionamento uma Sociedade de Economia Mista, destinada a explorar tôdas as possibilidades econômicas do Território e estimular o seu desenvolvimento.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO

a) — Contadoria
b) — Tesouraria
c) — Serviço de Material.

O projeto em causa visa separar a administração do Território da Guarnição Militar, podendo, todavia, esta continuar coexistindo tendo o seu efetivo fixado de acôrdo com os interêsses militares, sem que venha afetar àquela.

O acúmulo das duas funções tem prejudicado sèriamente os interêsses do Território, uma vez que, não raro, o Governador, como tal, podendo praticar atos assegurados pela legislação civil, vê-se entretanto, impedido de o fazer, devido à sua condição de Comandante de Guarnição.

Os demais Territórios estão subordinados diretamente ao Ministério da Justiça e não vemos, hoje em dia, razão para que Fernando de Noronha permaneça ligado ao Ministério da Guerra.

A sua equiparação aos outros Territórios, traria enormes benefícios à sua população e permitiria o seu desenvolvimento econômico com maior rapidez, mesmo porque, atualmente Fernando de Noronha tem o seu valor estratégico, em face das novas características das armas modernas, muito diminuido.

ORÇAMENTO

O Território Federal de Fernando de Noronha, não tendo renda própria, vive exclusivamente na dependência das verbas distribuidas pelo Ministério da Guerra, através do Estabelecimento de Finanças da 7.ª Região Militar, de acôrdo com o Folhêto Orçamentário daquela Secretaria de Estado, e não aparece no Orçamento Geral da União como os demais Territórios, os quais, além de figurarem com dotações próprias na parte referente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, são ainda contemplados com verbas de outros Ministérios e do Plano de Valorização da Amazônia e possuem rendas próprias.

Essa situação faz com que as dotações sejam limitadas, impedindo, assim, um maior desenvolvimento do Território.

Os recursos distribuidos, na realidade são insignificantes quando comparados com as dotações orçamentárias consignadas aos Territórios Federais do Amapá, Rondônia, Rio Branco e Acre - Territórios sob a jurisdição do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, para os quais foram consignados para o exercício de 1957 Cr$ 693.673.000,00, assim discriminados:

— Território do Amapá .. .. Cr$ 206.754.300,00

— Território do Rio Branco .. .. .. Cr$ 124.042.200,00

— Território de Rondônia .. .. .. Cr$ 139.287.400,00

— Território do Acre .. .. Cr$ 223.589.100,00

No mesmo ano, Fernando de Noronha recebeu, apenas, Cr$ 6.760.000,00. As cifras dispensam comentários.

As verbas recebidas em 1956 e 1957, foram as seguintes: —

DOTAÇÕES

DISCRIMINAÇÃO	IMPORTÂNCIAS	
	1.956	1.957
VERBA 1.0.00 – CUSTEIO		
Consig – 1.3.00 - Mat de consumo e de transformação	1.470.000,00	1.590.000,00
Consig – 1.4.00 - Material permanente . . .	470.000,00	520.000,00
Consig – 1.5.00 - Serv Terceiros	220.000,00	220.000,00
Consig – 1.6.00 - Enc. Diversos	80.000,00	80.000,00
VERBA 3.0.00 – DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL		
Consig – 3.1.00 - Serviço em Regime Esp de Financiamento	800.000,00	500.000,00
VERBA 4.0.00 – INVESTIMENTOS		
Consig – 4.1.00 - Obras	1.900.000,00	1.000.000,00
Consig – 4.2.00 - Equipamentos e instalações	2.700.000,00	2.850.000,00
SOMA	7.640.000,00	6.760.000,00

Na consignação 1.3.00 — Material de Consumo e Transformação é necessário que sejam distribuídas dotações para as sub-consignações:

— 1.3.06 — Material de Coudelaria e Uso Zootécnico;
— 1.3.10 — Matérias primas;
— 1.3.12 — Sementes;
— 1.3.14 — Material para Acondicionamento e Embalagem.

Justifica-se: —

— 1.3.06 — possuimos animais de tôdas as espécies:
— 1.3.10 — por necessitarmos de uma série de matérias primas e produtos manufaturados destinados a transformação, tais como: arame farpado; condutores elétricos; madeiras em geral; tintas; cimento; material de construção; ferragens, etc;

— 1.3.12 — existência de hortas e outras culturas que deverão ser incentivadas;

— 1.3.14 — por estarmos a 550 quilômetros da costa e recebermos todos os suprimentos por via aérea e marítima.

Mas a maior necessidade nessa consignação, seria um aumento substancial da sub-consignação 1.3.04 — (Combustíveis e Lubrificantes), tendo em vista a elevação constante do preço do óleo Diesel e da gasolina, e o aumento anual do consumo local que se vem registrando, além de que, não se pode economizar nesta dotação, por não poderem parar o fornecimento de luz e energia elétrica, com que se acionam bombas dágua e maquinarias diversas. Anualmente faz-se racionamento, com prejuizos para o serviço e restrições ao uso pela população.

Em 1957, foi conseguido um refôrço de Cr$ 350.000,00 que minorou a situação. Para 1958, haverá necessidade de novo refôrço de verba.

Por essa consignação (1.3.00) são adquiridos, artigos de expediente, material de limpeza e conservação, combustíveis e lubrificantes, accessórios de máquinas, produtos químicos e vestuários, todos com restrições.

Na consignação 1.4.00 — Material Permanente, há necessidade de dotações para as sub-consignações: —

— 1.4.08 — Material artístico, insígnias, flâmulas e bandeiras;

— 1.4.04 — Ferramentas e utensílios de oficinas.

Em virtude de possuirmos oficina completa ,precisamos renovar o seu equipamento, além de tornar-se necessária a aquisição contínua de Bandeiras Nacionais, devido ao seu grande consumo, por ser hasteada diàriamente, sofrendo a ação do vento constante e das chuvas.

São adquiridos por essa consignação: — animais, livros e revistas para a biblioteca, utensílios de copa, etc., e modêlos diversos.

Na consignação 1.5.00 — Serviços de Terceiros, precisam-se de dotações para as sub-consignações: —

— 1.5.01 — acondicionamento e transporte de encomendas e cargas;

— 1.5.02 — passagens, transporte de pessoas e suas bagagens;

— 1.5.06 — reparos, adaptações, recuperação e conservação de bens móveis;

— 1.5.12 — aluguel ou arrendamento de imóveis.

Justifica-se: —

— 1.5.01 — mensalmente temos que transportar carga da ordem de 50 a 60 toneladas, por navios e aviões que demandam ao Território, contando para isso com número reduzido de servidores, na sua maioria com pouco vigor para tal mister;

— 1.5.02 — por necessitar, o Governador ou seus auxiliares diretos, de se deslocarem a serviço do Território para outros pontos do país sendo que várias vezes, devido à premência de tempo e burocracia para requisicão de passagem, por intermédio da 7.ª Região Militar, nós e os nossos auxiliares, pagamos as despesas de passagem;

— 1.5.06 — a maioria dos bens móveis existentes no Território, pertence à União; portanto, é nossa a responsabilidade de reparo, recuperação e conservação dos mesmos;

— 1.5.12 — no Recife, temos necessidade de um Armazem com capacidade para depositar os suprimentos necessários ao Território e de guardar as viaturas, em número de cinco, que atendem aos serviços naquela Capital. Atualmente ocupamos dois pequenos quartos juntos ao Depósito de Material Sanitário da 7.ª Região Militar, insuficientes para o depósito da carga semanal para os aviões, e sem abrigo para as viaturas, que ficam ao relento.

Por essa rubrica (1.5.00) atendemos a serviços de asseio e higiene, publicações, seguros em geral e outros serviços contratuais.

O refôrço recebido de Cr$ 150.000,00, em 1.957, atendeu à despesa feita com um novo enrolamento de um dos alternadores da Usina Termo Elétrica que havia se queimado.

Na consignação 3.1.00 — Desenvolvimento Econômico e Social: torna-se necessária a distribuição anual e continuadamente de verbas para a sub-consignação: —

— 3.1.03 — Desenvolvimento da Produção, uma vez que não existindo no Território propriedade privada, o incentivo à produção só é exequível com o auxílio material à população, na sua maioria pobre e sem recursos. Temos recebido dotações dessa rubrica apenas para Saúde e Higiene, e Reflorestamento.

Na consignação 4.1.00 — Obras, urge que sejam aumentadas durante alguns exercícios as verbas desta consignação a fim de que possa ser executado o Plano de Urbanização, permitindo ainda que se construam casas residenciais para os servidores civís e militares. As atuais são insuficientes, na sua maioria do tempo do Presídio, sem segurança e confôrto necessários.

Na consignação 4.2.00, Equipamentos e Instalações — é necessário, um aumento das dotações, uma vez que, nas sub-consignações destinadas a viaturas, as dotações recebidas pelo Território têm sido insuficientes, pois, o numerário recebido é menor que o custo das referidas viaturas, o que nos leva a reforçar com economias, com sérios prejuizos para outras aquisições.

O Território não é contemplado com a sub-consignação:

— 4.2.10 — Instalações e Equipamentos para Obras, acarretando isso perda de tempo e desgaste do pessoal, além da morosidade com que é executado o serviço, por ter de ser feito manualmente.

Além dêsses recursos orçamentários foram ainda recebidos os seguintes:

DISCRIMINAÇÃO	IMPORTÂNCIAS		Obs.
	1956	1957	
VERBA 1.0.00 - CUSTEIO			
Subconsignações:			
1 3.04 - Comb e Lubrif.	—	350.000,00	Av 430 - CoSEF
1 3-13 - Vestuários	—	40 000,00	Av 270 - CoSEF
1.4 00 - Utensílios de copa	—	50.000,00	Idem, Idem
1 4 12 - Mobiliário em Geral	—	90 000,00	Avs 198/270
1.5 05 - Serv. de Asseio	—	20.000,00	Av 270 - CoSEF
1.5.06 - Reparos e adaptações (bens imoveis)	—	150 000,00	Av 298 - CoSEF
VERBA 3.0 00 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL			
Subconsignações:			
3.1.03 - Desenvolvimento da produção	—	150.000,00	Av 189 - CoSEF
VERBA 4.0.00 - INVESTIMENTOS			
Subconsignações:			
4.1.04 - Reparos, etc. (bens imoveis)	249.430,00	—	Av 94 - CSEG
4.2.01 - Máquinas, etc.	131 725,00	—	Av 94 - CSEG
4.2.10 - Instalações	114.343,00	—	Av 94 - CSEG
S O M A	495.498,00	850.000,00	

Após um levantamento geral das necessidades do Território, foi apresentada a Proposta Orçamentária para 1958, num total geral de Cr$ 42.846.000,00, sendo aprovado, para o mesmo ano, apenas Cr$ 10.488.000,00.

Seguem-se a discriminação da Proposta Orçamentária e as verbas aprovadas para 1958: —

DISCRIMINAÇÃO	DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	
	PROPOSTA Cr$	OBTIDA Cr$
VERBA 1.0.00 - CUSTEIO	16 746 000,00	4 138.000,00
VERBA 3.0.00 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL	2.100 000,00	800.000,00
VERBA 4 0.00 - INVESTIMENTOS	24.000.000,00	5.550.000,00
S O M A . . . . . Cr$	42.846.000,00	10.488,000,00

Êstes dados reafirmam o que já foi dito sôbre a impossibilidade de desenvolver e executar os diversos planos de melhoramentos previstos para o Território. A administração forçosamente tem de se limitar à rotina, pouco podendo realizar no terreno das novas iniciativas.

SECRETARIA DO TERRITÓRIO

A Secretaria do Território é o único órgão de administração de que dispõe efetivamente o Govêrno.

O seu titular, que é da absoluta confiança do Governador, embora nomeado pelo Presidente da República, além das atribuições de Secretário do Govêrno, tem a seu cargo a celebração de casamentos e as funções cometidas pelas leis às autoridads policiais.

Pelo Decreto-Lei n.º 5.718 , de 3 de Agosto de 1943, também teria a seu cargo o Secretário, a resolução dos dissídios de natureza trabalhista atribuidos pela lei às juntas de conciliação e julgamento, mas tal atribuição foi revogada pela Constituição em seu artigo 122 § 3.º.

Em virtude dessa revogação, fizemos uma consulta ao Procurador Geral da Justiça do Trabalho, solicitando informar a quem caberia decidir no futuro sôbre os casos trabalhistas que surgissem, principalmente agora, quando as firmas americanas contrataram elementos para trabalhar nos serviços de construções da base de teleguiados.

Em resposta, fomos informados que às Juntas de Conciliação e Julgamento do Distrito Federal, por distribuição, caberia julgar tôdas as causas de natureza trabalhista das pessoas do Território; entretanto, isso não impediria que o Secretário procurasse fazer uma conciliação entre as partes.

Foram realizados 19 casamentos, sendo que a maioria foi apenas a regularização de situações de fato, ou seja, regularização de casos em que o cidadão ou era casado religiosamente ou vivia maritalmente.

Na parte relativa a inquérito policial, teve o Secretário pouco trabalho. Apenas foi feito um inquérito policial o que vem provar que a população da Ilha, embora heterogênea, é ordeira e pacata.

Não possuindo o Território, Juízes de Direito, à Justiça do Distrito Federal cabe processar e julgar tôdas as causas civís e criminais relativas a pessoas domiciliadas ou residentes no Arquipélago — ou aos bens nele situados (Art 1.º do Dec Lei n.º 5.718 de 3/8/943).

Não existe cadeia, guarda nem verbas para manutenção de presos. Todavia a única prisão em flagrante por tentativa de homicídio, mobilizou a Guarnição Militar aqui sediada a quem foi entregue o prêso que, permaneceu mais de um mês sob guarda permanente, até a sua transferência para o Recife, onde foi entregue a uma escolta do D.F.S.P.

O Cartório dos Registros Públicos de Fernando de Noronha, funcionando na Secretaria, obedece à orientação do Secretário e, as funções de Oficial são exercidas por um servidor designado por Portaria do Governador.

O movimento do cartório, no que se refere a casamentos, nascimentos e óbitos ocorridos e registrados foi o seguinte: —

	1955	1956	1957
a) — Casamentos	1	11	8
b) — Nascimentos	27	36	59
c) — Óbitos	10	5	6

Como se vê o aumento dos nascimentos, em 1957, foi considerável, e isso devemos à instalação de moderna maternidade e à contratação de enfermeira e parteira, para prestar assistência às parturientes, que não mais precisam deslocar-se para o Continente.

A cargo do Secretário, como preparador eleitoral, temos o alistamento. Os habitantes do Território são eleitores da 1.ª Zona do Distrito Federal.

Numa população de 1.200 habitantes, conseguiu-se até o presente alistar 157, embora, o prazo para o alistamento ainda não esteja terminado.

Não tendo o Território, representação no Congresso Nacional e não possuindo município, vota-se apenas para Presidente e Vice-Presidente da República.

Para a execução de todo o serviço burocrático da Secretaria, contamos, além do Secretário, com 5 servidores, sendo que, efetivamente, 2 executam os serviços na repartição ,os outros colaboram em todo o expediente da Fiscalização Administrativa da Guarnição Militar, na Tesouraria da Guarnição e Território (Serviço de pagamento do pessoal civil) e no Centro Social.

No quadro do pessoal não consta um auxiliar ou datilógrafo. Para os trabalhos burocráticos são, então, aproveitados trabalhadores braçais, artífices, artífices-auxiliares e serventes, o que torna o trabalho pouco produtivo e deveras deficiente, obrigando o Secretário a desviar os seus afazeres para a resolução de assuntos de rotina.

Aparece na Tabela Única do Ministério da Guerra um Auxiliar Administrativo lotado nêste Território; entretanto, êste servidor presta a sua colaboração na Divisão de Produção por não se adaptar ao serviço burocrático da Secretaria.

Em suma a Secretaria, órgão da administração, tem seu funcionamento precário, e a sua organização, apesar dos esforços empreendidos pelo Secretário, muito deixa a desejar, por não estar devidamente aparelhada com pessoal especializado para a execução de seus inúmeros encargos.

PESSOAL

O pessoal civil do Território está distribuido pelas seguintes Tabelas: —

A) — QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DA GUERRA

1 — Secretário do Território — Padrão CC — 5 (cargo em comissão)

B) — TABELA ÚNICA DE MENSALISTAS DO MINISTÉRIO DA GUERRA

1 — Auxiliar Administrativo — Ref 27
1 — Professora do Ensino Primário — Ref 25
1 — Mestre — Ref 22

C) — TABELA NUMERICA ESPECIAL DE EXTRANUMERARIO-MENSALISTA DA GUARNIÇÃO DE FERNANDO DE NORONHA — (D.O. de 1-9-57)

1 — Padeiro — Ref 22
1 — Ajudante de Padeiro — Ref 21
15 — Artífices — Ref 22
1 — Artífice — Ref 21
4 — Artífices auxiliar — Ref 17
7 — Artífices auxiliar — Ref 16
3 — Motoristas — Ref 20
2 — Motoristas — Ref 19

1 — Motorista — Ref 18
14 — Serventes — Ref 20
23 — Trabalhadores braçais — Ref 16

D) — TABELA DE TAREFEIROS — (Aprovada em 3-7-57 D.O. de 10-7-57)

3 — Ficharistas
3 — Faxineiros
2 — Mecânicos de automóveis
5 — Tratadores de animais
5 — Capinadores

O total de servidores civís no quadro conforme as Tabelas acima é de 94 (noventa e quatro); no entretanto, na Tabela Numérica Especial, composta de 72 funcionários, existem 11 (onze) vagas decorrentes de aposentadorias, transferências e falecimentos, claros êsses que não podem ser preenchidos em virtude do disposto na Lei n.º 2.284 de 9 de Agosto de 1954.

Assim sendo, contamos efetivamente para o serviço com 83 (oitenta e três) servidores, distribuidos da seguinte forma: —

— Secretaria do Território — 5 (cinco)
— Divisão de Educação e Assistência Social — 4 (quatro)
— Divisão de Água e Energia Elétrica — 27 (vinte e sete)
— Serviço de Embarque e Transporte da Gu Militar — 16 (dezesseis)
— Divisão de Obras — 19 (dezenove)
— Centro Social — 3 (três)
— Divisão de Produção — 9 (nove).

Dêsses 83 (oitenta e três) servidores, 2 (dois) encontram-se afastados do serviço para tratamento de saúde há mais de 1 (um) ano; mensalmente 7 (sete) entram em gôzo de férias regulamentares; e 9 (nove) trabalham no Recife. Portanto, restam realmente 65 (sessenta e cinco) servidores para atender aos diferentes serviços o que demonstra ser por demais deficiente o quadro de funcionários dêste Território.

Dada a natureza dos serviços dos diversos setores de trabalho, que requer fôrça e vitalidade, por ser de natureza braçal, o seu rendimento apresenta-se bastante diminuido, tendo em vista que cêrca de 30% dos servidores já ultrapassaram 40 (quarenta) anos de idade.

As Tabelas do Pessoal, não atendem, em absoluto às imposições do serviço, porque derivam de Tabelas criadas há mais de 10 (dez) anos, portanto, fora das atuais necessidades, quer pelo número reduzido de funções, quer pela qualificação das mesmas, uma vez que, não havendo propriedades privadas, o Govêrno do Território tem a seu cargo, um complexo conjunto de tarefas, que vai do encargo de conservação de imóveis, estradas, transportes, embarcações, telefones, luz, fôrça e água, fornecimento de leite, carne e verduras, até o armazenamento de víveres e combustíveis.

Outros fatores que influem poderosamente no baixo rendimento do trabalho são o fato do funcionário não poder ser promovido, não receber melhoria de vencimentos, a não ser por fôrça de lei, e a dificuldade de sua transferência, fazendo com que se sinta prisioneiro da Ilha.

ÁGUA E ENERGIA ELÉTRICA

ABASTECIMENTO DÁGUA

Ao assumirmos o Govêrno, êste era um dos problemas cruciantes: —

— a água era insuficiente para os habitantes, quer para beber, quer para outras necessidades;
— a lavagem de roupa era feita unicamente na fonte do Cachorro;
— era normal a falta dágua por três ou quatro dias, nas áreas servidas pelas bombas, quando se quebravam;
— constantemente danificavam-se as bombas, por terem mais de 15 anos de uso e terem sofrido reparos mínimos;
— por falta de reservatórios, a maioria da população, só recebia água em suas casas nos períodos em que funcionavam as bombas de recalque;
— sòmente alguns felizardos possuiam reservatórios próprios, que na sua maioria eram constituidos de tambores;
— as áreas mais distantes das bombas raramente recebiam água;
— várias cisternas rachadas impediam o armazenamento de água de chuva em quantidade suficiente para suportar o período de estiagem;
— os bebedouros para o gado eram insuficientes;
— as bombas possuiam uma vasão entre 600 a 1.000 litros, por hora.

Hoje o problema está pràticamente resolvido.

Dos doze (12) poços existentes, o equipamento de três (3) foi substituido por material fornecido pelos americanos em re-

gime de acôrdo (o do Trinta, o da Várzea Grande e o do Catavento dos Três Páus); em 2 (dois), as bombas foram substituidas por nós (o do Vidal e do Pôrto); estão ainda previstas mais duas substituições, uma por material americano (Matadouro) e outra já adquirida com nossos próprios recursos e ainda não instalada (Floresta).

Cinco (5) poços não sofreram alteração em seu equipamento, em virtude de sua pouca vasão ou por servirem a um número reduzido de pessoas, e não formarem sistema com os outros (Major Osório, Floresta do Sul, Sueste e Cataventos do Machado e da Quixaba).

Com a instalação de um compressor Worthington Horizontal no poço do Vidal, sua vasão horária passou de 1.000 para 10.000 litros, resolvendo quase que sozinho o problema de água da Vila dos Remédios.

Os outros poços que tiveram os seus equipamentos substituidos, passaram a ter vasão horária de 5.000 litros, em lugar dos 1.000 anteriores.

Os poços e cacimbas fornecem água salôbra; os que menor dureza apresentam, são os da Floresta, Catavento do Machado e Cacimba do Padre, sendo que esta última chegou a ser engarrafada e gazeificada em tempos passados.

A análise da água dessa cacimba, efetuada pelo Departamento Nacional de Produção Mineral, concluiu que: — "do ponto de vista químico, trata-se de uma água sem interêsse quanto à sua mineralização de acôrdo com o Código de Águas Minerais (análise n.º 13.976)".

Para beber, as pessoas que vêm de fora utilizam a água das chuvas colhidas em tambores de 200 litros e em cisternas.

Vários esforços foram feitos para o planejamento e reconstrução do açude do Xaréo. Assim, o D.N.O.C.S. (Departamento Nacional de Obras Contra a Sêca), foi solicitado, por três vezes, a enviar técnicos a êste Território, mas tudo ficou no campo das promessas. O Departamento Nacional de Obras de Saneamento também foi solicitado, e a Presidência da República ficou de nos auxiliar.

Por intermédio do Professor Pierre Taltasse, da O.N.U., destacado no Recife, foram colhidas amostras das águas de todos os poços, que foram analisadas na Escola de Engenharia da Universidade do Recife, cujos resultados estão arquivados neste Território.

Organizou-se um plano de água com a colaboração do Ser-

viço de Obras da Sétima Região Militar, inclusive com o projeto e orçamento de construção de uma caixa dágua elevada, padrão, de 9.000 litros. Em linhas gerais, consiste: —

— em jogar as águas dos poços não tratadas para o reservatório da Floresta, onde receberia tratamento e seria distribuída por gravidade a diferentes caixas de redistribuição.

Dentro dêsse plano construimos dois reservatórios de 9.000 litros e dois de 20.000 litros que, com os existentes resolveram o problema da redistribuição da água às residências na Vila dos Remédios.

Foram feitas ainda várias retificações de encanamentos e melhoramentos na rêde de distribuição para facilitar a manobra da água.

Adquirimos um hipo-clorador, que com filtros, permitirá o tratamento dágua no reservatório da Floresta.

Instalamos, ainda, um reservatório de 9.000 litros na região da horta e outro de igual capacidade junto ao novo estábulo O da horta, com o sistema de canos e bomba de aspersão montados, possibilitará um aumento considerável da área cultivada.

Para as 8 novas casas dos Três Páus, destinadas ao pessoal da Divisão de Produção Vegetal e Animal, foi construida uma caixa para 20.000 litros.

Todos os poços, bombas, motores e casas das bombas, sofreram grandes reparos de manutenção e conservação.

A maioria das bombas dos poços tubulares foi equipada com automático, que além da segurança e proteção ao motor, reduziu o número de funcionários para o seu serviço.

Nenhum poço ou barragem foi construido por falta de meios.

Para o futuro será necessário continuar a revisão e reforma da rêde de distribuição dágua, a fim de adaptá-la ao plano traçado, além de um incremento maior na construção de reservatórios, quer para a água dos poços, quer da chuva, aproveitando para êstes últimos as grandes áreas cobertas, tais como as do Palácio, Grupo Escolar e Maternidade.

No novo Conjunto Residencial da Rua do Sol, foram construidas cinco (5) cisternas com capacidade total de 10.000 litros.

A atual disponibilidade de recursos é a seguinte: —

POÇOS TUBULARES

	Metros	litros	Polegadas
Pôrto St.º Antonio	30	5.000	10
Trinta	64	5.000	6
Vidal	40	10.000	8
Major Osório	40	1.000	10
Floresta Norte	53	1.000	6
Floresta Sul	40	200	6
Machado (catavento)	40	750	10
Matadouro	70	1.000	8
Várzea Grande	47	5.000	6
Três Páus	60	5.000	6
Quixaba (catavento)	65	500	6
Sueste	40	1.000	8

A bomba do Pôrto de Santo Antonio, atende à Vila Tamandaré e ao Estaleiro, possuindo reservatório de 10.000 litros.

As do Trinta, Vidal, Major Osório e Floresta Norte, estão ligadas entre si, podendo lançar água para os reservatórios: —

— da Floresta 108.000 litros;
— do Major Osório 500.000 litros;
— dos fundos do Palácio 60.000 litros;
— nos 2 (dois) da Rua do Sol 20.000 e 9.000 litros;
— no que atende às casas da Praça General Góis Monteiro 9.000 litros;
— na caixa junto à estação rádio PTR/2-A 20.000 litros.

Assim, êsse conjunto de 4 (quatro) bombas com a vasão horária de 17.000 litros, poderá ter suas águas acumuladas em reservatórios com capacidade para 626.000 litros.

O outro conjunto existente é formado pelas bombas da Várzea Grande, Três Páus e futuramente Matadouro, com vasão horária atual de 10.000 litros e capacidade de armazenamento para 34.000 litros. Êste sistema está fornecendo água para o acampamento americano.

Os poços da Floresta Sul, Machado, Quixaba, Matadouro e Sueste atendendo a regiões isoladas, possuem reservatórios próprios, com capacidades, respectivamente, de 10.000; 8.000; 6.000; 9.000 e 1.000 litros, num total de 34.000 litros.

Resumindo, os poços em seu conjunto possuem uma vasão de 34.450 litros horários, tendo possibilidade de armazenamento de 804.000 litros.

Não consideramos o poço do Frigorífico e os desmoronados.

O Destacamento da Fôrça Aérea Brasileira possui 9 poços ligados num único reservatório de 100.000 litros, conhecido como "a piscina" donde é distribuida por gravidade para os diversos barracões e residências. Dos 9 apenas 3 funcionam, tendo em média 40 metros de profundidade e a vasão horária de aproximadamente 1.800 litros.

CACIMBAS

Nome	Profundidade metros	Vasão horária litros
Mulungú	3	4.000
Italcable	6	300
Padre	8	200
Boldró	2	100
Vidal	3	—
Caieira	2	—

A cacimba do Mulungú possui uma bomba centrífuga e pode recalcar água para o sistema da Vila dos Remédios. As outras não possuem equipamentos.

CISTERNAS

Local	Capacidade litros
Centro Social	125.000
Enfermaria	126.000
Floresta	126.000
Forte dos Remédios	150.000
Casa n.º 1	110.000
Rua do Sol	10.000
Italcable	130.000
Total	777.000

A água das cisternas, conquanto muito saborosa, não possui sais minerais, pelo que, o seu uso prolongado deve ser complementado por medicamentos.

AÇUDES

Atualmente só existe o do Gato, com capacidade para três milhões de litros, sendo utilizado como bebedouro do gado.

O do Xaréo, rompido desde 1948, se reconstruido poderá armazenar cêrca de vinte e cinco milhões de litros.

ENERGIA ELÉTRICA

A energia elétrica é fornecida por uma Usina Termoelétrica (instalada em 1948) constituida de três grupos geradores Atlas Imperial-Diesel, sendo 2 de 200 HP e o outro de 80 HP, fornecendo corrente alternada de 2.200 volts na alta e 220 volts na baixa tensão.

A sua refrigeração é feita à água, podendo atender a dois motores quando ligados em paralelo.

As Usinas dêsse tipo, instaladas no Nordeste na mesma época, já se acabaram, estando ainda a do Território funcionando a contento graças à excelente manutenção que recebe.

Nêsse período recebeu dois grandes reparos: — enrolamento geral do alternador do Grupo de 80 HP e de um dos Grupos de 200 HP (despesa de Cr$ 230.000,00).

Depois de uma procura de mêses, em diversas praças, conseguimos fazer uma encomenda de peças sobressalentes no valôr de Cr$ 123.000,00 e de que a Usina já carecia.

Ultimamente, foi feita a mudança total dos terminais das chaves, recondicionamento dos reguladores de voltagem e revisão interna no quadro, possibilitando o trabalho em paralelo de dois grupos.

Em certa época, observamos que a Usina estava trabalhando com sua carga máxima. Pesquisada a causa, encontrâmo-la nos fogões elétricos que quase tôda casa possuia e geralmente de fabricação precária. Como solução taxamo-los fortemente e facilitamos a venda em prestações dos a querosene. Hoje em dia está pràticamente abolido o uso de fogão elétrico e a Usina funciona com carga normal.

O seu consumo normal é, em média, de 400 litros de óleo diesel por dia; possuimos depósitos para 45.000 litros, o que possibilita termos uma garantia de fornecimento de energia e luz para cêrca de 4 mêses.

A energia, fornecida pela Usina para o consumo doméstico, é distribuida à sub-estação, equipada com dois transformadores de 100 kva de 2.200 para 220 e 110 volts.

A rêde do Pôrto possui um transformador de 50 kva, 2.200/220 volts, para o consumo da Vila Tamandaré, estaleiro e armazém.

A corrente do Frigorífico é enviada por um cabo subterrâneo para 2.200 volts e transformada no local para 220 volts e exclusivamente para o consumo do mesmo.

Segue, diretamente da Usina para os Três Páus uma rêde de 2.200 volts, onde existe um transformador de 25 kva, 220 volts fornecendo energia para as bombas e residências daquele núcleo.

Dos Três Páus para o Italcable vai uma rêde de 2.200 volts, entrando em 3 transformadores de 5 kva, reduzindo-a para 220 volts, usada pelos aparelhos da própria Italcable e da Sudam.

A rêde elétrica, construida no ano da montagem da Usina (1948), necessita a substituição de vários fios, tendo em vista o aumento do consumo e o estado precário dos mesmos.

Os principais trêchos da rêde elétrica aérea a serem retificados e substituidos são os seguintes: — Rua do Sol; Estradas do Pôrto e Tamarineira, perfazendo um total aproximado de 3 quilômetros.

A sub-estação, funcionando em prédio construido a título precário em 1943, tem necessidade e merece um mais moderno e mais sólido prédio capaz de abrigar o seu equipamento, oferecendo maior segurança. Está equipada com um quadro de contrôle feito de madeira e também a título provisório. Para a confecção de novo quadro adquirimos grande parte do material necessário em 1957, e para 1958 previmos a aquisição do restante, uma vez que, com os recursos orçamentários destinados a êsse tipo de equipamento não nos foi possível efetuar tôda a compra.

A maioria das casas, ainda do tempo do Presídio, tem suas ligações elétricas anteriores a 1943, e 50% das mesmas necessitam substituição geral nas instalações.

Foram realizadas ligações novas em 25 casas, incluindo-se hotel, Maternidade, Posto de Puericultura e Grupo Escolar, além da montagem e instalação elétrica das novas bombas.

EDUCAÇÃO

Fernando de Noronha no seu todo constitui um emaranhado de problemas de soluções difíceis.

No campo da Educação e Assistência Social, que mereceu de nossa parte uma atenção tôda especial, conseguiu-se algum sucesso, embora o problema continue a merecer melhor apôio da alta direção da República para a sua solução final.

Possui a Ilha, apenas um Grupo Escolar construido em regime de acôrdo com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação e Cultura, assinado em 23 de Maio de 1.952.

Devido às dificuldades de transporte de material de construção e mão de obra, os trabalhos arrastaram-se de 1.953 até 1.956. Quando da nossa investidura no Govêrno do Território, encontramos a construção paralizada, havendo sido feito, apenas, a estrutura e a cobertura do edifício. Dentro do nosso programa de ação, fizemos acelerar as obras e em 27 de Fevereiro de 1956 tivemos a honra de inaugurar o novo Grupo Escolar, colocando-o em seguida em funcionamento, pois antes, a título precário, ocupava um velho galpão de madeira sem confôrto e sem os mínimos requisitos de higiene.

Inaugurado o Grupo Escolar, seu mobiliário, rude e insuficiente, necessitava ser substituido. Não contando o Govêrno do Território com verbas para Educação, procuramos entrar em ligação com o INEP que através de seu digno e competente diretor Dr Anísio Teixeira, doou mobiliário moderno, equipando assim o único estabelecimento de ensino de Fernando de Noronha.

Infelizmente, tudo não ia como desejávamos. O Grupo Escolar estava construido e equipado; entretanto, faltava o principal que era um quadro de professores para a regência das classes.

Encontramos trabalhando, efetivamente, 2 (duas) professoras do Ensino Primário da Tabela Única do Ministério da Guerra, lotadas no Território, sendo que uma delas pediu demissão devido à transferência de seu marido que é Sargento da F A B.

O único recurso, para não paralizar as aulas em 1956, era contratar três professoras. Depois de muito esfôrço conseguimos, no Recife, três professoras, sendo duas formadas, que para aqui vieram com os salários mensais de Cr$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), pagos pelas Economias Administrativas do Território.

A disparidade entre os vencimentos da Professora Efetiva e essas contratadas (da ordem de sete mil cruzeiros) era um desestímulo.

Pelo Ofício n.º 149 — Gov de 23 de Dezembro de 1955, nos dirigimos ao Exmo Sr Ministro da Guerra, solicitando a nomeação em caráter interino de duas professoras, em vagas outrora existentes. Infelizmente a nossa proposta não foi aceita.

Em 1957, o problema se agravou, apesar de termos podido elevar para Cr$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) o salário das professoras contratadas e pagas pelas Economias Administrativas. A situação permaneceu a mesma, agravada com a recusa das professoras diplomadas de voltarem a lecionar. Não podendo prometer a sua nomeação definitiva ou mesmo em caráter interino e não havendo outra medida a tomar, contratamos professoras sem diploma e, em consequência o ensino, continua a ser deficiente.

Pelo Ofício n.º 39 — Gov de 11 de Abril de 1.957, voltamos a nos dirigir ao Exmo Sr Ministro da Guerra, solicitando providências no sentido de ser aumentada a lotação do quadro de professoras em mais cinco funções, e autorizar, em consequência, o Govêrno do Território a contratar, por Cr$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros) mensais, professoras diplomadas.

Após o necessário estudo da nossa proposta, pela Divisão do Pessoal Civil do Ministério da Guerra, foi o processo encaminhado ao D.A.S.P. para opinar e submetê-lo à consideração do Presidente da República, que o indeferiu por falta de verbas.

Como para o exercício de 1958 tivesse havido um aumento na dotação orçamentária do Ministério da Guerra, de Dez Milhões de Cruzeiros, para a admissão de contratados, em 15 de Janeiro de 1958 pelo Ofício n.º 4 — Gov, devolvemos o processo ao Gabinete do Exmo Sr Ministro da Guerra para novo estudo, agora, com maiores possibilidades de aprovação, porque estamos ainda no início do ano financeiro.

Solucionado o problema da admissão de professoras o Grupo Escolar poderá apresentar satisfatória eficiência no ensino.

A população permanente, constituida de funcionários públicos, pescadores e pequenos agricultores, pessoas de poucos recursos financeiros, vê-se na contingência de ver seus descendentes sujeitos à mesma sorte, pela impossibilidade de interná-los em colégios no Recife ou Natal, pois além do Curso Primário o Território não oferece nenhuma possibilidade para a criança iniciar outro curso quer abraçando uma profissão liberal, quer seguindo outra profissão técnica.

A criação de um Curso de Artezanato ou Profissional ou mesmo um ginásio em regime de externato, semi-internato e internato, além de resolver a situação local, poderá propiciar também ótimas oportunidades a crianças que, do Continente, aqui poderiam vir estudar, gozando das condições ideais existentes em Fernando de Noronha, tais como ambiente calmo, clima maravilhoso e isolamento dos grandes centros.

Se no nosso orçamento houvesse uma dotação destinada à Educação, poderia o Govêrno anualmente distribuir bolsas de estudos às crianças que melhor proveito obtivessem durante o ano, mandando-as aos colégios de Natal e Recife.

No Grupo Escolar, além do transporte das crianças, fornecemos gratuitamente aos alunos, assistência médica e dentária, merenda escolar, material didático e uniformes.

Além da biblioteca para adultos, a cargo da Secretaria do Território, foi montada uma biblioteca infantil, junto ao Grupo Escolar, para desenvolver e incentivar nas crianças o gôsto pela leitura.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA

Fundada em 4 de janeiro de 1954, é uma entidade privada que vem funcionando normalmente, tendo todo o apôio do Govêrno do Território e do Departamento Nacional da Criança.

Por essa associação são mantidos a Maternidade e o Pôsto de Puericultura, funcionando gratuitamente todos os serviços, desde a assistência pré-natal ao parto, assistência pediátrica e distribuição do leite do F I S I a tôdas as crianças até 12 anos, indistintamente.

A Maternidade foi terminada no nosso Govêrno e o Pôsto de Puericultura totalmente construido durante a nossa gestão. Seu equipamento, todo moderno, no valor de cêrca de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), foi instalado em dezembro de 1956, entrando em funcionamento em janeiro de 1957.

No capítulo referente a "SAÚDE", serão fornecidos alguns dados com relação à Maternidade e ao Pôsto de Puericultura.

CENTRO SOCIAL

O Centro Social de Fernando de Noronha, fundado em fevereiro de 1956, é um conjunto de serviços sociais de âmbito local, destinado a proporcionar facilidades aos militares e civis dêste Território e Guarnição, com o fim de proporcionar-lhes assistência, particularmente quanto à alimentação, saúde, habitação, educação, recreação e transporte. Obedece à mesma legislação de seus congêneres militares.

Iniciou suas atividades com uma padaria e um armazém

tendo recebido um empréstimo de Cr$ 110.000,00 (cento e dez mil cruzeiros), do Território e, em Dezembro de 1.957 possuia como patrimônio Cr$ 413.262,30 (quatrocentos e treze mil duzentos e sessenta e dois cruzeiros e trinta centavos).

Funcionam no Centro os seguintes órgãos: — Serviço de Pesca, Cinema, Padaria e Pôsto de Vendas (venda de frutas, legumes, ovos, leite e querosene). O Serviço de Pesca e o Cinema merecerão comentários detalhados em outro capítulo.

O Centro Social veio resolver os problemas da distribuição do leite, frutas, verduras e pão, que eram controlados por um Cabo, não obedecendo a nenhum critério. Presta, também, um grande serviço no contrôle do pescado e assistência aos pescadores.

L. B. A. — (Comissão Territorial)

Criada pela Portaria número 14/56 de 9 Fev de 1956, sòmente poderá funcionar normalmente em 1958, após terem sido aprovados os quadros de pessoal e propostas orçamentárias que levaram dois anos em estudos pela Comissão Central. O orçamento aprovado monta a Cr$ 813.000,00 (oitocentos e treze mil cruzeiros).

Pela L B A têm sido patrocinadas as comemorações de NATAL com distribuição de donativos.

CLUBE DAS MÃES

Fundado em 30 de outubro de 1953, congrega a maioria das mães, que se reunem semanalmente.

Nessas reuniões foram feitas palestras por técnicos, sôbre puericultura, higiene pré-natal e geral, cuidados com o recém-nascido, alimentação e outras mais, além do funcionamento normal dos cursos de corte e costura, confeitar bolos, culinária, trabalhos manuais, bordados e alfabetização.

Foi criada junto ao Clube uma pequena farmácia, para a distribuição gratúita de medicamentos.

São fornecidos às gestantes matriculadas, enxovais completos para recém-nascidos confeccionados pelas próprias sócias.

Existem duas máquinas de costura, sendo uma fixa no Clube e outra em rodísio entre as sócias.

O Clube é mantido por contribuições do Departamento Nacional da Criança e da Associação de Assistência à Maternidade e à Infância.

SAÚDE

O Serviço de Saúde do Território confunde-se com o da Guarnição Militar, sendo dirigido pelo médico, coadjuvado por um dentista e um farmacêutico, todos do Exército, possuindo uma Maternidade, um Pôsto de Puericultura, uma Farmácia, um Pôsto de Curativos e um Gabinete odontológico.

Ao assumirmos o Govêrno, não havia médico, que sòmente foi classificado em dezembro de 1.956, o que nos levou a contratar os serviços de um facultativo civil, que se transportava para a Ilha duas vêzes por mês.

O dentista, logo após a nossa chegada, foi transferido, demorando a sua substituição cêrca de oito mêses, o que trouxe graves inconvenientes para o serviço, uma vez que, vários funcionários e militares, foram dispensados para tratamento dentário no continente.

Em 1.957, contando com os três elementos, a situação melhorou, podendo-se dar o apôio e assistência necessários à Maternidade e Pôsto de Puericultura.

Tôda a população foi vacinada contra tétano, tifo, paratifo, varíola e as crianças, em sua maioria, contra coqueluche.

O Departamento Nacional de Endemias Rurais (Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães), efetuou um inquérito epidemiológico, pesquisando as seguintes endemias: — Malária, Filariose, Esquistossomose, Helmintoses e Protozooses intestinais.

As conclusões dêsse inquérito foram as seguintes:

1) — "foram verificados no Território de Fernando de Noronha as seguintes helmintoses intestinais: — Ascaridiose, Tricocephalose, Ancilostomose, Enterobiose e Estrongiloidose. As taxas de infestação por **Ascaris lumbricoides** e **Trichuris trichiura** foram as mais elevadas, atingindo, respectivamente, 75,1 e

62,5% da população examinada. Os índices de infestação por **Ancylostomidae** (14,5%), **Enterobius vermiculares** (7,5%) e **Strongyloides-stercoralis** (2,2%) foram significativamente menos elevados.

2) — apesar de se ter observado o índice de 7,2% de **Schistosoma-mansoni**, e, em virtude de não terem sido encontradas as espécies de Planórbideos vectores, concluiu-se carecer, êste Trematódio, de importância epidemiológica atual. São importantes as medidas tendentes a se evitar a introdução dêstes moluscuios, uma vez que foi assinalada a existência de criadouro com **Drepanotrema** sp, caramujo representante da família **Planorbidae** embora não relacionado com a Schistosomose. É conveniente assinalar que todos os portadores de ovos de **S. mansoni** eram provenientes de zonas endêmicas.

3) — foi observada a presença de portadores dos seguintes Protozoários intestinais, por ordem decrescente de incidência: — **Endamoeba coli** (27,5%), **Giardia lamblia** (8,1%) e **Endamoeba histolytica** (7,5%). Êstes resultados foram obtidos usando-se a técnica de concentração de Hoffman & cols., que, sabidamente dá resultados inferiores à técnica de flutuação de Faust & cols. É possível, portanto, que êstes resultados estejam aquém da realidade.

4) — das endemias transmitidas por insetos, sòmente a filariose se apresentou na população examinada. Em um total de 809 exames, apenas 8 casos foram assinalados, sendo que, em nenhum deles pôde ser assegurada a contaminação local, de vez que os portadores residiram, por muito tempo, em zona reconhecidamente endêmica, como o Recife. Apesar disto, o encontro de formas evolutivas de **Wuchereria bancrofti** em **Culex pipiens fatigans** demonstra a existência de transmissão atual no Território de Fernando de Noronha, o que implica ser aí a **filariose** um problema de Saúde Pública importante.

5) — não foi observada, nos 809 exames de sangue efetuados, a presença de espécies de Plasmodium bem como não se conseguiu assinalar insetos transmissores, não só dêste protozoário como, da doença de Chagas e das **Leishmanioses**. Foram feitas pesquisas sistemáticas, em residências, no campo e em possíveis criadouros".

Um dos problemas encontrados, a **filariose**, está praticamente resolvido, pois, com o tratamento intensivo realizado, três pessoas estão completamente curadas, duas continuam em tratamento e as três restantes se transferiram do Território.

Pelo que vemos, é a ilha sadia, apesar de não possuir ainda tratamento da água e rêde de esgôtos.

O movimento na Maternidade e no Pôsto de Puericultura em 1.957, seu primeiro ano de funcionamento, foi o seguinte:

a) — consultas a crianças	1.132
b) — consultas a senhoras	1.252
c) — nascimentos	41
d) — pequenas cirurgias	131
e) — injeções intramusculares	4.843
f) — injeções intravenosas	2.713
g) — aplicações de fisioterapia	596
h) — exames ginecológicos	308
i) — curativos ginecológicos	108
j) — óbitos de crianças	6
l) — natí-mortos	0

Além disso, foram efetuadas 785 visitas domiciliares a parturientes, gestantes e crianças.

O pessoal do serviço de saúde atende indistintamente aos Militares da Guarnição, aos Funcionários e à população em geral, nada cobrando pelos seus serviços.

A única farmácia existente é a da Guarnição Militar, que vende os produtos a preço de custo, fornecendo-os gratuitamente às pessoas reconhecidamente pobres.

Para maior facilidade à população e melhoria do serviço, construimos na Vila um prédio, que será o Centro de Saúde, onde estarão reunidos o Gabinete médico, Farmácia, Gabinete odontológico e Ambulatório.

Muitas casas foram dotadas de fossas, instalações sanitárias e água corrente, melhorando-se dessa forma o padrão sanitário da população.

Há necessidade de ser dotado o Território, de pelo menos um médico civil, evitando-se a solução de continuidade no serviço, ocasionada pelas substituições do médico militar e dando-se maior eficiência ao mesmo, que já requer dois médicos, pois temos notado que um é insuficiente para atender a todos os habitantes.

Há deficiência na limpeza pública e coleta de lixo, o que faz com que apareçam algumas môscas e mosquitos. Para amenizar a situação, pretendiamos construir um fôrno crematório de lixo, já havendo, para isso, orçamento e plantas.

Neste período, uma equipe do Departamento Nacional de Endemias Rurais nos visitou três vêzes a pedido, fazendo com eficiência a dedetização de tôdas as casas, matança de ratos (1.500 de uma das vêzes) e extinção de focos de mosquitos e moscas.

De difícil solução é a extinção dos ratos no Território, nêsse sentido fizemos um acôrdo com a Emprêsa Geigy do Brasil que para aqui enviou um dos seus técnicos com o material necessário para o extermínio dessa praga. O resultado obtido com o emprêgo do Tomorim nas residências foi deveras satisfatório, mas no campo não pôde ser executado o trabalho, não só por ser de difícil aplicação, como também pela natureza do terreno que é sujo, cheio de pedras e buracos, ocasionando a multiplicidade de focos.

PRODUÇÃO

PRODUÇÃO ANIMAL

Elaborado em 1952 pelos Engenheiros Agrônomos Emmanuel Barreto Campêlo e Antonio Corrêa de Souza, respectivamente do Ministério da Agricultura e da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de Pernambuco, existe um plano de manutenção e melhoramento da pecuária no Território, que se resume no seguinte: —

1 — Melhoramento das condições ambiente

a) — Dividir a Ilha, por meio de cêrcas, a fim de separar a parte da pecuária da agricultura, ficando a povoação e adjacências dentro da parte da agricultura;

b) — Levantamento topográfico da área destinada à pecuária;

c) — Reconstrução dos açudes do Xaréo e Mulungú; a desobstrução dos diversos poços tubulares abandonados; a limpeza dos barreiros existentes e empedramento das entradas das águas, visando evitar que o gado sofra as consequências da falta dágua nas épocas da sêca;

d) — Aquisição de máquinas agrícolas, tais como: — tratores e seus implementos (para o destocamento, aração, gradagem, plantio e tratos culturais do terreno destinado à formação de pastagens para pisoteio e corte); ceifadei-

ras de tração animal e ancinhos mecânicos (para os trabalhos de fenação);

e) — Fazer fenação da pastagem nativa na fase invernosa;

f) — A ensilagem de plantas forrageiras;

g) — Subdividir a área destinada à pecuária em cercados de 5 hectares, cada, para efeito de contrôle da utilização dos pastos;

h) — Roço e destocamento dos cercados (para eliminação de plantas daninhas);

i) — Ajuntamento e retirada de pedras soltas que cobrem os campos destinados aos cercados de pastagens;

j) — Promover a formação de pastagens, consociando gramíneas, leguminosas e outras espécies de forrageiras;

l) — Formação de capineiras para corte;

m) — Organização de um campo experimental de Agrostologia;

n) — Construção de instalações apropriadas para o gado.

2 — Melhoramentos dos Rebanhos

a) — Levantamento do número de animais existentes nos diversos rebanhos;

b) — Fazer um completo expurgo nos animais que zootécnicamente são indesejáveis;

c) — Aquisição de bons reprodutores para os diversos rebanhos;

d) — Obtenção de assistência veterinária;

e) — Iniciação da escrituração zootécnica;

f) — Subordinar o Território às repartições técnicas necessárias do Ministério da Agricultura.

3 — Industrialização dos Produtos de Origem Animal

Fabricação de manteiga; queijos; salsichas; linguiças e chouriços; preparo de presuntos, salames, carnes defumadas e rações balanceadas.

4 — Assistência Técnica

Criação de um cargo para um Engenheiro Agrônomo, que oriente e assista a execução dos trabalhos inerentes à agricultura e criação no Território"

O plano acima, foi seguido em grande parte, e introduzidas algumas modificações que a prática indicava. Assim sendo, segue-se abaixo o que foi realizado durante o nosso Govêrno.

1 — Melhoramento das Condições Ambientes

Foi a Ilha dividida em duas partes distintas, isolando a Vila da Zona Rural pròpriamente dita, que por sua vez foi subdividida em 7 (sete) cercados. Dêsses sete cercados existe um um cultivado e os restantes constituem-se de pastagos ativas. Não foram aproveitados para pastagem artificial tendo em vista a falta de maquinaria para a sua cultivação Entretanto, deante da última aquisição feita em nosso Govêrno de 2 tratores e implementos agrícolas, estamos aparelhados para iniciarmos um plano agrostológico em 1958, para o que foram conseguidos sementes de gramíneas e leguminosas doadas pela Direção do Serviço de Acôrdo do Fomento da Produção Animal do Estado de Pernambuco.

Foram construidas as seguintes instalações: —

a) — Construção de um estábulo para 24 vacas, com 4 dependências, nas quais funciona o Serviço de Veterinária;

b) — Construção de um banheiro carrapaticida, tendo em vista, na época invernal, os bovinos serem maciçamente parasitados por carrapatos, evitando-se também a propagação de outras parasitoses;

c) — Construção de abrigos para o rebanho de ovinos e caprinos, na região da Quixaba;

d) — Construção e cobertura de 4 bebedouros;

e) — Construção de uma "crèche" para bezerros;

f) — Construção de dois aviários modernos, com capacidade para 60 frangos cada um;

g) — Instalação de uma chocadeira com capacidade para 300 ovos;

h) — Construção de 6 criadeiras:

i) — Reconstrução de boxes para reprodutores equinos;

j) — Construção de uma pocilga;

l) — Remodelação do matadouro;

m) — Limpeza dos currais e do estábulo, para o que foram adquiridas duas carretas e quatro carros de mão.

Aproveitando os próprios recursos do Território, como experiência, foram fenados e prensados com bons resultados, na Ilha Rata, 60 fardos de capim de planta, em poucos dias e com a mão de obra reduzida. Com transporte fácil seria o ideal complementar o abastecimento com o feno dessa Ilha, onde o capim e a soja cobrem parte de sua superfície.

Como canteiro para fomentar a cultura de cactáceas, foi plantado um alqueire de palma tipo raquete **(NOPALEA-COCCINELIFERA)**.

Em sementeira, encontram-se várias mudas da grande forrageira africana "ALGAROBA" **(PROSOPIS-JULIFLORA)**, cujos resultados no interior nordestino têm sido surpreendentes.

2 — Melhoramentos dos Rebanhos

Como medida inicial para o trabalho de melhoramentos dos rebanhos, vem sendo feito, anualmente um levantamento do número de animais existentes nos diversos rebanhos, além da seleção que vem sendo processada, tendo como base a eliminação de animais inqualificados zootécnicamente e cobertura de fêmeas cujo tipo se aproxima das qualidades raciais do reprodutor.

O quadro estatístico dos diversos rebanhos é o seguinte:

	1.956	1.957
Bovinos	217	398
Equinos	45	84
Caprinos	209/373	218/653
Ovinos	236/177	353/160
Suinos	19	11
Azininos	0	1

O primeiro número de caprinos e ovinos indica os de propriedade do Território e o segundo os pertencentes a criadores particulares.

Para melhorar o rebanho, no sentido da produção leiteira, foram adquiridas 11 (onze) novilhas mestiças Holandesas (preta e branca) de boa procedência e um reprodutor Holandês puro de origem. Além dessa aquisição já conta o Território com um reprodutor da mesma raça e mais três mestiços da raça Gir, cuja finalidade é transmitir a sua rusticidade aos descendentes. As outras matrizes encontramos nas vacas creoulas e mestiças zebuinas aqui existentes.

Os caprinos pertencentes ao Território, são mestiços da raça Anglo-Nubiana, com bastante grau de consanguinidade, havendo portanto necessidade de aquisição de dois reprodutores para "refrescamento de sangue".

De propriedade de particulares, além dos mestiços da raçã já citada, existem mestiços da raça "Toggembourg" e alguns zootécnicamente inconsiderados com ligeiros caractéres da raça "Moxotó". Desapareceram há muito os "caprinos selvagens".

No setor da ovinocultura a raça predominante é a Deslamada do Nordeste e a Somaliana (cabeça preta), sendo eliminados gradativamente como abate para consumo, ovinos lanudos que porventura apareçam.

Com o intúito de fomentar a avicultura, foram adquiridos 60 frangas e 15 frangos da raça "New-Hampshire", que servirão de base à produção e distribuição de pintos entre a população.

O rebanho de equinos está bastante desenvolvido e é representado por mestiços da raca "Manga-Larga", "Árabe" e Puro Sangue "Inglês" e alguns com caractéres do "Piquira" nordestino.

Como reprodutores existem, em boxes, um exemplar da

raça Árabe e um da raça Puro Sangue Inglês, êste último já carecendo de ser retirado da reprodução, porquanto o seu estado de sanidade e a idade avançada fazem mister, afastá-lo dessa atividade.

Em suma, o que se pode observar no "Equino de Fernando de Noronha" é a sua tendência a formar um tipo caracteristicamente "Ilheico".

A cobertura já não é feita à solta. É atualmente mista, isto é, à vista do encarregado, que seleciona os respectivos garanhões, de acôrdo com as características morfológicas da égua.

A castração é procedida periòdicamente em animais novos, evitando-se assim a promiscuidade da padreação nos campos.

Há muito que o setor agro-pecuário exigia para o serviço de campo, no período das chuvas um animal mais rústico do que o equino, ou seja o muar. Para tal fim, foi adquirido um reprodutor azinino da raça "Pêga" com o qual iniciamos a nossa mulateria, já tendo algumas éguas prenhas com cria prevista para 1958.

Era nosso intúito, já tendo sido iniciados entendimentos na parte da suinocultura, criar as raças "Duroc Jersey" (já com alguns exemplares) e "Caruncho", para exploração mista de carne e banha, tendo em vista a adaptação dessa última raça para a criação em sistema confinado, o mais apropriado para o Território, em virtude da limitação do local destinado a essa exploração.

Sòmente em Maio de 1957, por especial deferência de sua Excia o General Eduardo de Pontes, Diretor de Veterinária do Exército, pôde o Território contar com o concurso de um Oficial Veterinário, a quem coube dirigir a Divisão de Produção Animal, com grande eficiência, e que permitiu o progresso obtido nêsse setor.

Foi iniciada, por meio de fichários, a escrituração zootécnica do rebanho equino.

Com o intúito de iniciar a seleção com base genealógica, especificou-se para as 11 novilhas mestiças-Holandesas importadas do interior de Pernambuco, assim como a sua descendência, além da marcação regulamentar, que sejam os seus números precedidos de zero (0), evitando-se assim a mistura de suas proles com animais creoulos da Ilha.

3 — Industrialização dos Produtos de Origem Animal

No momento, é pràticamente impossível o fabrico de man-

teiga e queijo, em virtude da produção de leite ser ainda insuficiente para seu consumo "In-natura".

A produção de leite em 1953 que era de 24.346 litros, passou em 1.956 (nos outros anos não temos estatísticas), para 44.258 litros e em 1957 para 45.806 litros. Os mêses de maior produção foram Abril, Maio e Junho, e os de menor, Novembro e dezembro. A produção, a partir de Julho, começa a decrescer.

A produção de 1.957 não foi maior, em virtude da falta de forragens ocasionada pela deficiência de transportes marítimos.

Existindo no Território cêrca de 500 crianças, verifica-se a impossibilidade do início da industrialização do leite. Também achamos extemporâneo a industrialização de outros produtos, por falta de material e meios.

4 — Assistência Técnica

O Território está em entendimento para contratar os serviços de um Engenheiro Agrônomo a fim de orientar o trabalho referente a agricultura e pecuária.

PRODUÇÃO VEGETAL

Devido à falta de cursos dágua perenes, lagôas ou açudes e à grande permeabilidade do solo, a agricultura torna-se difícil na época da estiagem, normal de fim de ano.

Se fôsse possivel fazer irrigação, a produção agrícola seria apreciável, pois, o solo é muito fértil, não só por ser de origem vulcânica, como por encerrar fosfato de cálcio.

Nessas condições, só se lavra a terra na estação chuvosa.

Cultiva-se particularmente milho, mandioca e feijão. Podem-se plantar na Ilha cana de açúcar, algodão e fumo.

Em tôrno do poco da Várzea Grande organizou-se uma horta que tem produzido com real sucesso alface, vagem, beterraba, pimentão, tomate, repolho, couve, cebola, cuentro, cebolinha, salsa, pimenta, etc., além de abôbora, maxixe, melancia, melão e mamão.

As verduras e legumes produzidos são vendidos a preços baixos a fim de serem accessíveis a tôdas as bolsas.

A produção da horta deverá ser aumentada em 1958, tendo em vista a distribuição de canos para a irrigação, além da montagem de uma bomba para irrigação por aspersão.

Existem na Ilha, caju, pinha, fruta-pão, jaca, mamão, me-

lancia, melão e banana, sendo esta última a preferida dos habitantes de Fernando de Noronha, por serem grandes, macias e doces, sendo na sua maioria banana maçã.

Infelizmente a produção das hortaliças e frutas não dá ainda para o consumo da população que tem que se valer da importação do Continente.

A Ilha possui alguns coqueiros, que estão fortemente praguejados, por um coccídeo, o "Diaspedidas-Aspidiotus Destructor". Alguns técnicos de solo acharam que a pobreza em manganês também concorre para o aspecto atual dos coqueirais.

Foi elaborado pelo Dr. Oscar Espinola Guedes, em Maio de 1954, um plano de desenvolvimento da produção agrícola, mas, impraticável no momento, por requerer verbas vultosas e pessoal habilitado.

A área cultivada e a colheita em quilos dos principais produtos no biênio 1956/1957 foram as do quadro abaixo: —

	1.956	1.957
Área cultivada em hectares	33	25
Milho	17.550	9.800
Mandioca	9.350	3.193
Fava	4.850	4.310

A diminuição de 1956 para 1957, prende-se ao fato de que, muitas pessoas que plantavam, terem passado a trabalhar nas obras dos americanos, abandonando o cultivo da terra.

É comum ouvir-se dizer que no tempo em que Fernando de Noronha era Colônia Penal, exportava gêneros para o Recife, o que hoje não acontece. O fato explica-se por haver naquela época mão de obra gratúita e qualquer preço obtido na venda dos produtos, representava lucro, o que já não acontece hoje quando a mão de obra é paga, o transporte é difícil e caro, chegando o produto no Recife, por um preço que não pode concorrer em os similares trazidos das redondezas.

REFLORESTAMENTO

Com a colaboração do Professor Dárdano de Andrade Lima, da Universidade Rural de Pernambuco, foi organizado, em Julho de 1953, um Plano de Reflorestamento, prático e simples, para Fernando de Noronha, que é transcrito a seguir: —

"Em muitos dos relatórios e publicações outras a respeito da Ilha de Fernando de Noronha encontram-se referências à não existência de árvores, nesta Ilha e quase sempre atribuem o fato à intensidade dos ventos de Este e Sueste que predominam no referido Território. A ação constante do vento provocaria o nanismo das espécies vegetais. Entretanto, embora exerça o vento influência na vegetação local, não é isso o que se observa presentemente e as evidências são fortes de que no passado, bem maior era o volume de árvores vegetando na Ilha. Ainda hoje, nas escarpas de alguns morros, no sopé do morro dos Dois Abraços (Buracão) e nas proximidades do Pico da Bandeira, região esta vulgarmente conhecida como a Mata, ainda é grande a quantidade de árvores. No Buracão há perobas e mulungus volumosos. Em vários morros, mesmo nos mais altos, vê-se que as árvores são na sua maioria, renovos de velhos troncos que bem mostram o porte da árvore primitiva.

A quase eliminação dessa cobertura arbórea foi feita, como em muitos outros casos, para obtenção de lenha de consumo doméstico; obtenção de madeira para construção (em pequena escala) e para cêrcas. É mesmo referida a determinação, ao tempo do presídio, de se derrubarem tôdas as árvores da Ilha, para evitar que pudessem ser utilizadas pelos sentenciados na construção de jangadas, numa possível tentativa de fuga.

Se a existência, em Fernando de Noronha, de árvores em grande quantidade foi outrora uma realidade, sem o que dificilmente teriam denominado de Floresta a um trecho da Ilha, pode-se cogitar, com a esperança de êxito, numa melhoria da sua cobertura vegetal, pelo plantio de determinadas espécies arbóreas.

Considerando as condições ecológicas (sol e clima) da Ilha, alguns detalhes deverão ser estudados.

Embora seja a média de pluviosidade anual na Ilha de cêrca de 1.300 mm não há ali as condições normais dos climas úmidos, o que é refletido pela vegetação, que no seu conjunto e no estado atual de degradação, apresenta-se com o aspecto do que em Pernambuco recebe o nome de Agreste (vegetação de caatinga não muito sêca). Deve-se isso ao fato de que em Fernando de Noronha quase tôda a chuva ocorre em 3 a 4 mêses sendo sêcos os demais.

Nessas condições, divide-se a vegetação da Ilha (excluindo-se aquela sob a influência direta do mar) em dois grandes grupos: — espécies herbáceas e sub-arbustivas, anuais, de crescimento vigoroso, e espécies arbóreas e sub-arbóreas, perenes e de crescimento lento. As primeiras surgem no início das chuvas e no fim destas já estão amadurecendo seus frutos, cujas sementes permanecem aguardando durante os mêses sêcos, as chuvas do próximo ano. As espécies de porte alto têm que se defender durante a sêca por meio da perda de folhas, numa semi-latência. Terão que competir, quando ainda jovens, com as plantas anuais, para não serem abafadas por estas, o que lhes traria a morte. Dessa forma, apenas um pequeno número de espécies arbóreas poderá vencer a competição donde se conclui que as árvores que hoje existem nativas ou aclimatadas, em Fernando de Noronha, são o resultado de longos anos de seleção natural. Não pode êsse fato ser desprezado e quando se pretende reflorestar a Ilha, devem esses espécies constituir o material básico de que se lançará mão, embora outras espécies possam também ser indicadas e experimentadas.

Isto posto, pode-se estabelecer o programa de reflorestamento de Fernando de Noronha a ser desenvolvido. Êste será dividido em duas partes: — 1.ª Proteção da Flora Arbórea já existente. 2.ª Plantio Sistematizado.

1.ª PARTE

Será sub-dividida em: —

— a) — suspensão total do corte de estacas para cêrcas ou qualquer outra finalidade. Foge a esta determinação o corte de galhos ou partes dêstes, em espécies como mulungú e cajazeira que, colocados nas cêrcas irão enraizar e brotar, constituindo-se assim numa nova árvore. É esta uma prática muito recomendavel. Além dessas estacas vivas terão as cêrcas de arame apenas estacas de cimento ou de madeira importada. Deverá ser incrementada a construção de cêrcas de aveloz;

— b) — suspensão total ou parcial de corte de qualquer espécie arbórea

para lenha, sendo consumida lenha apenas de "coronha" ou alguma espécie plantada especialmente com esta finalidade (as cêrcas de aveloz, após alguns anos, fornecerão lenha de boa qualidade);

— c) — ajuda ao crescimento das espécies arbóreas, pela eliminação dos arbustos ou sub-arbustos daninhos, entre os quais se sobressai o "chumbinho". Não será eliminado o "feijão boi", útil como forrageiro. O "chumbinho" e semelhantes não deverão ser arrancados pela raiz e sim cortados próximo ao solo para evitar-se o afrouxamento dêste, o que facilitaria a erosão. O material resultante do corte dêsses arbustos e sub-arbustos daninhos não deverá ser queimado e sim fragmentado o mais possível e disposto mais ou menos acompanhando as curvas do nível.

As despesas com as operações acima serão diminuídas se após o corte dos sub-arbustos for feito plantio de milho ou outras culturas de pequeno ciclo. Nêste caso o material cortado "chumbinho" e semelhantes, será disposto em faixas, seguindo as curvas de nível, sendo o plantio feito nas faixas intercaladas.

As espécies que estão incluídas nessa primeira parte são principalmente:

— Oiti da praia (**Moquilea tormentosa**) — Cajueiro (**Anacardium occidentale**) — Mulungu (**Erythrina velutina** var. **aurantiaca**) — Peroba (**Tabebuina roseo-alba**) — João Mole ou Piranha (**Pisonia sp**) — Gameleira (**Ficus sp**) — Castanhola (**Sterculia foetica**) — Ficus Benjamin (**Ficus retusa** var. **nitida**) — Castanhola (**Terminales Catappa**) — Quixabeira (**Bumelia fragrans**) — Feijão de Boi (**Capparis cynophallophora**) — Pinheiro (**Anona Squamosa**) — Mangueira (**Mangifera indice**) — Carnaubeira (**Copernicia cerifera**) — A "Burra Leiteira" (**Sapium Sceleratum**), embora considerada perniciosa, poderia ser incluída entre aquelas a serem preservadas, pois, em vista de sua resistência e porte elevado, tem papel importante na cobertura arbórea da Ilha.

2.ª PARTE

No programa do plantio de árvores serão estudados os seguintes itens:

— a) — espécies indicadas;
— b) — áreas plantadas;
— c) — operações preparatórias; operações de plantio e post-plantio.

a) — Espécies indicadas

Como já foi dito inicialmente, entre as espécies a serem plantadas deverão ser incluídas algumas daquelas já existentes em larga escala na

Ilha. Destacam-se assim: — Oiti da Praia — Cajueiro — Mulungu — Castanhola (**Sterculis foetida**) — Gameleira — Peroba e Quixabeira.

A introdução de novas espécies obedecerá ao critério de provirem de regiões de clima tanto quanto possível semelhante e também aquela que se têm demonstrado resistente a uma grande variação de condições climáticas. Entre as primeiras podem ser incluidas: —
Craibeira (**Tabebuia caraiba**) — Pau D'Arco Rôxo (**Tabebuia ipê**) — Pau D'Arco Amarelo (**Tabebuia Chrysotricha**) — Angico (**Piptadenia macrocarpa**), afastada da área de criação, Camondongo ou Canzenze (**Pithecolobium polycephallum**) — Canafistula forrageira (**Pithecolobium multiflorum**).

Incluem-se no segundo grupo:
Azeitona ou Jamelão (**Syzygium jambolanum**) — Tamarindo (**Tamarindus indicus**) — Flamboyant (**Delonix regia**) — Bordão de Velho (**Pithecolobium samam** var **acutifollum**) Além dessas, poderiam ser introduzidas, em pequeno número e a título experimental, as seguintes espécies:
— Madeira Nova (**Pterogyne nitens**) — Canafistula (**Cassia grandis**) — Catinguera (**Caesalpinia pyramidalis**) — Favinha (**Peltoforum dubium**) — Jatobá (**Hymenaea courbaril**).

b) — **Áreas a serem plantadas**

Teòricamente tôda a área de Fernando de Noronha necessita reflorestamento. É óbvio, porém, que isso seria impossível, mormente quando muitas áreas são imprescindíveis a finalidades outras.

A seleção recairá então sôbre aquelas áreas de maior urgência e compatíveis com as disponibilidades atuais. Sendo um problema dos mais importantes em Fernando de Noranha, se não o mais importante, o da água, afigura-se como de máxima necessidade a cobertura de proteção das áreas em que se formam os pequenos cursos dágua da Ilha, atualmente todos temporários. Alguns dêsses são referidos como tendo sido perenes noutros tempos, embora não seja possível comprovar a veracidade dessas informações. É de se notar que, atualmente, acham-se as referidas áreas tôdas desprovidas de proteção arbórea. É fato sabido também a influência que o vento exerce sôbre as árvores, mormente quando isoladas ou desprotegidas. Dessa forma, devem ser escolhidos como primeiros locais a serem atacados, num problema de plantio de espécies arbóreas em Fernando de Noronha, as bacias hidrográficas dos cursos dágua locais, tanto quanto possível protegidas contra a ação dos ventos de Éste e Suêste e além de serem feitos plantios maciços, onde as arvores da periferia darão proteção às demais. É de se notar que a sotavento dos morros o desenvolvimento de árvores é maior, fato êsse ponderavel em futuros programas de silvicultura na Ilha.

Atendendo a essas características, foram escolhidas as seguintes áreas, conforme delimitação na carta anexa:

— bacia do córrego do Mulungu (aproveitamento duplo);
— baixa do Italcable e adjacências do catavento do Machado (aproveitamento duplo);
— bacia do córrego do Boldró;
— bacia do córrego Maceió e baixada da praia do Suéste (aproveitamento duplo;
— bacia do Atalaia (aproveitamento duplo); além dessas, foi escolhido parte do planalto da Quixaba, para o plantio principlmente de fruteiras. Compreende ainda o presente programa a arborização de duas pequenas áreas no perimetro urbano, constantes da planta de desenvolvimento da cidade dos Remédios, bem como arborização das ruas e avenidas na mesma área. Em ambos os casos deverá ser feito um plantio misto de árvores de sombra (ficus benjamim, oiti, etc.) e árvores ornamentais (flamboyant, paus d'arco, cassias, etc).

c) — **Operações preparatórias de plantio e post-plantio**

Entre as operações preparatórias, incluem-se:
— organização de sementeiras; e
— abertura das covetas.

Devem as sementeiras não ser muito afastadas do local de plantio definitivo, diminuindo assim a possibilidade de pêrda. Poderá ser instalada uma sementeira nas proximidades do poço Major Osório e outra nos Três Paus.

As áreas a serem pantadas devem prèviamente ser roçadas, sem o arrancamento, porém, das plantas, que continuarão protegendo o solo contra a erosão.

As covetas serão abertas a uma distância de 2 x 2m (ou 3 x 3m) não sendo exigidos alinhamentos rigorosos. A abertura deverá ter lugar pouco antes da época chuvosa, o que evitará que sejam novamente aterrados e permitirá aproveitar inteiramente a curta época chuvosa. Se possivel, no momento do plantio será incorporada pequena quantidade de adubos (Guano) bem misturado ao solo. O plantio deverá ser feito de preferência em dias chuvosos ou bem nublados, evitando-se de um modo geral, as horas de calor intenso. Algumas espécies como a "Craibeira" suportam transplante com raízes nuas, o que diminui o custo da operação. Entretanto, deverão as raizes estarem protegidas por estopa molhada ou pó de serra (úmida). Deve-se sempre fazer plantio consociado de duas ou mais espécies, não indo, porém além de cinco. Se possivel, é conveniente a irrigação das mudas alguns dias após o plantio.

Concluido o plantio devem-se tomar medidas severas para evitar a penetração de gado, cabras, ovelhas, etc., na área plantada, o que acarretaria sérios prejuizos.

Deve-se ter em vista que silvicultura é, por definição, culturas de ma-

tas (árvores). Assim, as árvores devem ser tratadas como qualquer outra cultura, o que implica na **necessidade de limpa,** para eliminação de ervas e pequeos arbustos que, como referidos no início dêste plano, têm desenvolvimento mais rápido que as árvores, não podem ser estas deixadas ao abandono, o que redundaria em pêrda do capital empregado.

Entre as operações de post-plantio pode ainda ser incluida a póda de formação, que consiste no corte dos ramos laterais mais baixos, forçando um melhor desenvolvimento vertical da árvore.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As áreas referidas como de **aproveitamento duplo** incluem uma porção central, mais baixa e mais úmida que deverá ser utilizada para o plantio de fruteiras, cana, etc., e uma porção periferica para silvicultura.

Na baixa do Suéste e na do Italcabe podem ser localizados dois plantios maciços de coqueiros Tendo em vista que pràticamente todos os coqueiros de Fernando de Noronha estão fortemente praguejados, e que tem acarretado a morte de grande número deles e a quase não produtividade dos restantes, e considerando ainda que o combate àquela praga é dificil, não só pela natureza do inseto, mas também, e principalmente, pela dificuldade da operação, em virtude do porte, irregular distribuição dos coqueiros e a intensidade dos ventos, parece ser o mais acertado, a eliminação total dos coqueiros atualmente existentes na Ilha,, como a queima de todo o material dos mesmos, imediatamente após o corte e o plantio nas áreas referidas de novos coqueiros de sementes escolhidas, que seriam acompanhados no seu crescimento com pulverizações preventivas, o que possivelmente afastaria a presença de tão severa praga. Uma outra medida seria a adubação dos coqueiros. ainda com bom aspecto, e que lhes daria maior resistência à praga, eliminando-se apenas aquêles sem esperança de recuperação e com produtividade zero. Essa segunda alternativa, implica numa mais severa vigilância dos novos plantios, que necessitam igualmente receber adubações.

Na execução do presente plano, deve ser levado em consideração que uma operação dessa naturza, numa área onde até o presente nenhuma experimentação com silvicultura foi feita, muitos fatores irão interferir, como estiagens severas; falta de mão de obra na época oportuna, etc., determinando algumas vêzes resultados abaixo do nível desejado.

Dessa forma, melhor é iniciar os serviços, não em muito grande escala e ir progressivamente aumentando-os, com a experiência dos resultados anteriores e a perseverança de quem quer vencer. Fernando de Noronha, 9 de Julho de 1956 (as) Dárdano de Andrade Lima".

Dêsse programa de reflorestamento, vem sendo executado o seguinte: —

1 — **Proteção da Flora arbórea já existente**

a) — suspensão total do corte de estacas para cêrcas ou qualquer outra finalidade, com exceção de galhos ou partes dêstes em espécies como Mulungu, Cajazeira, Coronha, para lenha;

b) — início de construção de cêrcas de aveloz;

c) — eliminação de arbustos e sub-arbustos daninhos.

2 — **Plantio sistematizado**

Foi plantada tôda a bacia do córrego do Mulungu com Oiti da Praia; Cajueiro; Craibeira; Pau D'Arco e Azeitoneiras.

Também entre o Pôço Major Osório, Grupo Escolar e a Maternidade, foi plantado um bosque de Oiti da Praia, Flamboyant, Pau D'Arco, e ultimamente na área sul da Maternidade e Grupo Escolar, vem sendo feito o plantio de Cajueiro em grande escala.

Foram distribuidas mudas de árvores frutíferas entre a população e organizada uma sementeira junto ao Pôço Major Osório.

TRANSPORTE — COMUNICAÇÕES — ABASTECIMENTO

TRANSPORTE MARÍTIMO

O transporte marítimo do Recife para Fernando de Noronha é realizado, desde 1942, pelo pequeno navio do Loide Brasileiro, "TUPIARA", de 300 toneladas.

Até o início de 1.953, quando foi cancelado, manteve o Ministério da Guerra um contrato com o Loide Brasileiro, para a realização das viagens do "TUPIARA". Daí para cá a Administração do Território tem passado por sérias dificuldades para fazer chegar ao Arquipélago os diversos suprimentos necessários à subsistência.

Já em 1953, ficou acertado que os navios do Loide, da linha européia, trariam provisòriamente carga do Recife para o Arquipélago, até que fôsse obtido um pequeno iate para o transporte regular.

Foi a solução encontrada na época pelo Ministério da Guerra. Por motivos desconhecidos por nós, esta solução não foi posta em prática.

Outras soluções foram procuradas pela Administração do Território, tais como: — estabelecimento de uma subvenção em 1954, de Cr$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), para fretamento de iates; uma subvenção a ser aplicada pela Comissão de Marinha Mercante, em favor do transporte marítimo para a ilha, adquirindo ou contratando embarcação ou ainda mantendo a que eventualmente viesse a ser transferida para o acêrvo do Território; transferência de uma fragata da Marinha de Guerra. Nenhum dêsses projetos se concretizou.

O que de real aconteceu foi que o "TUPIARA", já afastado das cogitações tornou a navegar para Fernando de Noronha

à insistência do Conselho de Segurança Nacional, chegando, muitas vezes, quando já se tornava quasi insustentável a vida na Ilha, por falta de gêneros e combustível para a Usina que fornece energia elétrica às bombas dágua e maquinarias diversas. Vários apelos foram feitos à Marinha que enviou alguns rebocadores em socorro.

Assim, até hoje navega o "TUPIARA", velho cargueiro adaptado, sem frigorífico, necessitando sempre de reparos, mas que garante a vida em Fernando de Noronha, apesar de suas viagens irregulares.

Em 1955, a situação no Território era aflitíssima. Sua Excelência o General Comandante da Sétima Região Militar, conseguiu com o Excelentissimo Senhor Ministro da Guerra uma verba de Cr$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros), para atender ao pagamento de fretes para Fernando de Noronha.

Ao sermos nomeado Governador do Território em Setembro de 1955, procuramos acertar medida que resolvesse definitivamente a questão. Para solucioná-la conseguimos o interêsse do então Exmo Sr Presidente da República. Negociações com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico foram estabelecidas para o empréstimo de Cr$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de cruzeiros), a fim de adquirir na Espanha um barco moderno de pesca de 150 toneladas, que resolveria o problema dos transportes. Infelizmente os acontecimentos políticos e o tempo escasso, não permitiram que se chegasse a um término feliz nas negociações.

Em 1.956, arrendamos o barco "Santa Alice", da Caixa de Crédito da Pesca, que muito auxiliou o transporte para a Ilha, não podendo resolver a situação, por ser apenas de 20 toneladas.

Nesse ano, não foi distribuido crédito para o transporte marítimo, o que fez com que o "TUPIARA", após ter realizado duas viagens (janeiro e março), ficasse paralizado no Recife, à espera do pagamento das mesmas, o que só foi feito em fins de junho, quando então retornou ao Território.

Foram realizadas 7 viagens do "TUPIARA" e uma do rebocador "TRIUNFO" da Marinha de Guerra.

Em 1.957, foi distribuido um crédito de Cr$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros), à Sétima Região Militar, para o transporte.

Foram realizadas 6 viagens pelo "TUPIARA", 6 por Corvetas da Marinha de Guerra e 3 pelo "Santa Alice", totalizando 15 viagens.

O "TUPIARA" ficou afastado da linha, de Fevereiro a Julho, quando esteve em reforma no dique de Natal.

Atualmente está sendo estudada pela Comissão de Marinha Mercante, o afastamento do "TUPIARA" desta linha, devido ao grande "deficit" acusado pelo mesmo, e a sua substituição por navios da Fôrça de Transportes da Marinha.

A nosso ver a melhor solução para Fernando de Noronha, seria dotar o Território de um transporte próprio.

Um dos maiores problemas para o transporte marítimo, continúa sendo a falta de um pôrto ou cáis de atracação, o que faz com que o desembarque se faça a braço. O navio fundeia a cêrca de 500 metros da praia, faz o transbordo da carga para o pontão de desembarque (cáis flutuante de ferro de 12x6 ms, com 6 compartimentos estanques) que é conduzido para a praia a braço, utilizando-se cabos manilhas, que são colocados entre a terra e o navio, passando por duas boias. Na praia a descarga também é feita a braço, empregando-se normalmente 70 homens nessa operação, sendo quase tôda atividade no Território paralizada. O êxito do desembarque depende do estado do mar: tem havido perda de até 20% da carga e acidentes pessoais.

PÔRTO

Achamos indispensável para o desenvolvimento e mesmo manutenção de vida em Fernando de Noronha a construção de um pôrto, por modesto que seja, e que permita, pelo menos, a atracação de dois navios.

A operação de embarque e desembarque em tôda a Ilha é feita com maior segurança na ponta de Santo Antonio, pela configuração do terreno, que oferece um abrigo natural aos navios.

O Departamento Nacional de Pôrtos, Rios e Canais, projetou um pôrto para dita região, orçado em Cr$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), que, em poucas linhas, consta do fechamento, por enrocamento pesado, da enseada de Santo Antonio nos espaços entre a ponta do mesmo nome e as ilhotas de São José, Cuscus e de Fora.

Êsse enrocamento será prolongado 200 metros para Nordeste onde seria levantado cáis acostável de caixões de cimento.

Dispomos para serviço no chamado "Pôrto" das seguintes instalações e equipamento: —

— três botes de pesca motorizados (Santo Antonio, Estrela do Oriente e Pires do Mar);
— lancha aberta Ministro Canrobert:
— um pontão de ferro de 12 x 6 ms para carga e descarga;
— duas baiteiras para serviço de ligação;
— três boias com respectivas correntes e âncoras;
— dois armazens, com 41,8m2 e 12m2 respectivamente; e
— uma carreira.

A lancha Ministro Canrobert, há quatro anos se encontrava paralizada e ancorada em uma das bóias. Com grande sacrifício foi colocada em terra e reconstruida totalmente; quase tôdas suas peças estavam podres e atacadas pelo busano, e, um novo motor está sendo colocado. Será lançada ao mar em 1.958, e servirá para rebocar o pontão entre a praia e o navio, além de prestar serviços de socorro.

TRANSPORTE AÉREO

O transporte aéreo vinha sendo realizado com eficiência há longos anos, pelos Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul S. A., que ultimamente empregava aviões "DOUGLAS DC-3", realizando uma viagem semanal Recife-Natal-Fernando de Noronha e vice-versa, transportando passageiros e cargas, em média cêrca de 2.000 quilos

Em janeiro de 1.957, após uma concorrência realizada pela Diretoria Geral de Intendência, o serviço passou a ser feito também com igual eficiência, pelo Loide Aéreo, que emprega aviões "CURTISS", continuando a realização de uma viagem semanal, Recife-Fernando de Noranha, ida e volta, com a disponibilidade média de 4.000 quilos de cargas e passageiros.

Além da viagem acima os aviões do Correio Aéreo Nacional (CAN) realizam três viagens semanais à Ilha, sendo uma dia e duas no dia seguinte. A primeira viagem é destinada a atender ao Destacamento da F A B no trecho Fernando de Noronha-Natal e vice-versa. Na segunda viagem o Território tem a disponibilidade total do avião no trecho Recife-Natal-Fernando de Noronha e 50% da disponibilidade no trecho Fernando de Noronha-Natal, cabendo o restante à Base Aérea de Natal. Para que os passageiros ou carga alijável procedentes de Fernando de Noronha prossigam até Recife, deve ser solicitada disponibilidade à Base Aérea de Natal. A terceira viagem é realizada a critério do Comando da 2.ª Zona Aérea, sendo a disponibilidade no trecho Recife-Fernando de Noronha total para o Quartel General da 2.ª Zona Aérea e na volta, total

para o Govêrno do Território. Normalmente a disponibilidade do Quartel General, nos tem sido cedida. Os aviões do CAN do Recife para Fernando de Noronha têm transportado em média 1.500 quilos, entre carga e passageiros e voltam, pràticamente vasios, quando não há passageiros.

Os aviões do Lóide Aéreo são fretados pelo Ministério da Guerra, nada se cobrando dos que os utilizam.

TRANSPORTE INTERNO

Possui o Território, na Ilha, 4 Jeeps, 3 caminhões, 1 caminhão basculante, 1 caminhonete e 1 Dodge 3/4 Ton N/E e, em Recife, 1 Jeep, 2 caminhonetes e 2 caminhões.

Em linhas gerais a manutenção dessas viaturas é dispendiosa, tendo em vista que as estradas da Ilha são péssimas, devido não só ao acidentado do terreno e sua constituição, bem como à falta de verbas e meios para mantê-las.

A rêde rodoviária de Fernando de Noronha tem por espinha dorsal a estrada tronco que, partindo do Pôrto de Santo Antonio, corre no sentido longitudinal da Ilha, passando pela Vila Nossa Senhora dos Remédios, Quixaba e atingindo depois as alturas do Pico da Bandeira, numa extensão de 9 quilômetros. Dessa estrada tronco partem ramais numa extensão de 22 quilômetros, perfazendo o total de 31 quilômetros.

A pavimentação dessas estradas é, em alguns trechos, empedrada à moda portuguesa e no restante, terra batida.

As estradas de terra na estiagem apresentam muita poeira e na estação chuvosa tornam-se escorregadias e com atoleiros, havendo trechos verdadeiramente intransitáveis.

O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, pelo Fundo Rodoviário Nacional, distribui ao Território um auxílio financeiro muito reduzido.

COMUNICAÇÕES

Além dos aviões e do "TUPIARA" (que não transporta passageiros), o Território é ligado ao Continente pela Estação de Rádio do Exército, que faz também o serviço do Telégrafo Nacional; pelos cabos submarinos da Sudam e da Italcable (associados) e pela estação de proteção ao vôo do Destacamento da F A B que funciona 24 horas por dia.

O serviço prestado pelo Exército ao Telégrafo Nacional é gratúito, isto é, não são pagos os telegramas enviados por qualquer pessoa.

É mantida no Território uma agência dos Correios que executa o tráfego postal, utilizando-se dos aviões.

REDE TELEFÔNICA

Em 1956, foi instalada uma nova mesa telefônica com 12 aparelhos a magneto, em substituição à antiga do Exército, sendo na ocasião feita a revisão de tôdas as linhas.

Êsses aparelhos (12) comunicam-se entre si por intermédio da Central Telefônica que funciona ininterruptamente atendendo às necessidades dos diversos setores de trabalho.

ABASTECIMENTO

A tonelagem anual transportada por via marítima vai a mais de 1.000 toneladas, não atingindo entretanto 2.000 por falta de maior número de viagens e da pequena tonelagem dos barcos que aqui aportam.

A tonelagem transportada pode ser assim distribuida:

1) — Combustíveis e lubrificantes .. .. 43 %
2) — Forragem .. .. 22 %
3) — Gêneros e bebidas .. .. 20 %
4) — Outros suprimentos .. .. 15 %

Da carga recebida, 80% foi transportada pelo "TUPIARA", 15% por navios da Marinha Brasileira e 5% pelo navio de pesca "Santa Alice".

Os navios da Marinha e o "Santa Alice", vieram ao Território em períodos críticos, para o abastecimento, justamente quando o "TUPIARA" sofria reparos ou estava em viagem para a Bahia.

A capacidade do "TUPIARA" salvo engano é da ordem de 300 tons. mas nas suas viagens as cargas variam de 130 a 190 toneladas, talvez devido à distribuição da carga pelo navio, limitação essa que nos impediu trazer maior quantidade de forragem ou outro material. Dêsse modo, só em 1957, de 384 toneladas de forragem colocadas à nossa disposição pela Sétima Região Militar, para os animais argolados no Serviço de Veterinária do Exército, apenas conseguimos trazer 132 toneladas, isto é 1/3, perdendo o restante, com sérios prejuizos para o nosso rebanho. Por outro lado, sendo mensal o saque de forragem, deixamos de retirá-lo muitas vezes por falta de transporte ou de um Armazém no Recife com capacidade par estocá-lo.

Além dessa forragem fornecida pela 7.ª Região Militar, adquirem-se, com verbas próprias, outras rações (bovinovita, suinovita, avevita, torta de algodão, etc), para substituir, quando dispomos de transporte, a forragem que deixa de ser retirada, ou mesmo complementá-la.

Quanto aos combustíveis e lubrificantes a nossa maior necessidade é de óleo diesel, gasolina e querosene, montando a 60, 30 e 20 tambores mensais, perfazendo um total de 110 tambores. Temos capacidade para armazenar 45.000 litros de óleo diesel ou seja da ordem de 225 tambores, o que corresponde ao consumo de cêrca de 4 mêses.

A gasolina e o querosene ficam armazenados nos próprios tambores por não termos tanques instalados.

Quanto a gêneros alimentícios e bebida, nossas necessidades atingem cêrca de 20 toneladas mensais, o que torna imprescindível a vinda de um transporte marítimo a cada dois mêses no máximo, tendo em vista as condições de armazenamento existentes (temperatura, umidade, depósito etc).

Nessas condições o "TUPIARA" poderá atender nossas necessidades desde que faça duas viagens em cada 3 mêses, num total de 8 por ano, não podendo ultrapassar 60 dias o intervalo entre uma e outra, o que ocasionaria situação difícil. Se o mesmo for substituido por navios da Fôrça de Transporte da Marinha, que possuem boa tonelagem não haverá problema de abastecimento desde que os mesmos venham uma vez cada dois mêses ao Território.

Pelos aviões transportam-se gêneros que não comportam grande tempo de armazenamento (batata, cebola, etc), e suprimentos que se necessitam com urgência, além de frutas, verduras, ovos e carnes, que já montam a 1.100 quilos por semana.

O Esquadrão de Busca e Salvamento da 2.ª Zona Aérea (Grupo de B 17), inúmeras vezes tem nos atendido em ocasiões em que gêneros de primeira necessidade estão se esgotando.

Na Ilha só existe um único armazém, um armarinho, um café e uma sorveteria-quitanda

O leite produzido é vendido pelo Centro Social a Cr$ 2,00 o litro, bem como o pão ao preço de custo.

OBRAS

Não encontrando um planejamento de construções e tendo o orçamento para 1.956, consignado Cr$ 1.900.000,00 (um milhão e novecentos mil cruzeiros) para obras em geral, sentimos a necessidade de organizar um plano de urbanização, a fim de disciplinar as futuras construções. Assim sendo, foi organizado um plano de expansão da atual Vila dos Remédios, pelo Engenheiro Epaminondas Cristóvão de Oliveira, do Recife, transcrito abaixo: —

"PLANO DE EXPANSÃO

O objetivo do levantamento topográfico por mim executado foi impelido pela necessidade de traçar um plano de expansão e urbanização da parte mais habitada da Ilha.

Assim sendo, levantei a área compreendida entre a Floresta, o antigo Presídio e a Vila dos Remédios, apanhando, também, o Britador, ora existente. Nesta área procedi o traçado de expansão e urbanização, criando algumas ruas e ampliando as existentes.

No plano (ver planta) há uma área destinada a ampliação do cemitério na zona da Floresta, pois o lá existente é de pequena dimensão e feio aspecto, visto, datar de 1843. No flanco direito do cemitério depois de uma rua de 10,00 m de largura, foi reservada uma área para o horto florestal, pois neste local já existe uma plantação de eucaliptos. O poço e a bomba, atualmente, lá existentes, ficaram numa quadra ladeada por quatro ruas. Nesta zona, também foram projetados cinco conjuntos de quatro casas conjugadas, para operários; cinco conjuntos de duas casas, para oficiais e funcionários, e três casas isoladas, duas para residência e uma para comércio, além de quadras para instalação de mais um poço com bomba; play-ground; campo de voley e basket e pequenos jardins para harmonia do conjunto

A estrada que vem do aeropôrto foi projetada para 12 metros bifurcan-

do-se à direita, dando margem à criação de 14 conjuntos de casas conjugadas, duas a duas, e quatro casas isoladas, além de duas já existentes, que foram aproveitadas. O Grupo Escolar e a Maternidade foram conservados em quadras isoladas, ladeadas por abrigos, jardins e áreas destinadas a hortos florestais, a fim de envolvê-los num clima ameno e aspecto saudável.

O plano ora traçado, obedeceu sobretudo à ventilação, insolação, facilidade de comunicações, de abastecionamento dágua e esgôto. Dentre as necessidades prementes, para a execução do plano agora traçado podemos citar:

1) — Reconstrução do açude do Xaréo, a fim de que se possa aquilatar o volume e a quantidade dágua para futuro estudo de tratamento e abastecimento das residência, além de tornar possível a agricultura no verão;
2) — Adaptação de bombas novas, modernas e mais possantes nos poços ora existentes;
3) — Revisão e substituição dos canos dágua e na rêde elétrica, ora existentes;
4) — Assentamento de meio fio e linha dágua nas quadras projetadas;
5) — Incremento da arborização das ruas, parques e jardins projetados;
6 — Costrução de uma olaria para fabricação de tijolos e telhas, e deslocamento do Britador para um local mais apropriado, portanto mais perto da fonte de produção;
7) — Início da construção dos conjuntos residenciais e progressiva demolição das casas arruinadas;
8) — Aquisição de um trator com lâmina para proceder ao movimento de terras e terraplenar as estradas não pavimentadas;
9) — Revestimento das estradas, ora calçadas de pedras irregulares, por concreto asfalto (pré misturado), ou pavimentá-las com paralelepípedos, pois, com as estradas existentes, a depreciação das viaturas é uma realidade.

Os serviços topográficos foram realizados com um teodolito Vasconcelos (nacional) e as medidas com trena de aço. Recife, 14 de Março de 1.956 (as) Epaminondas Cristóvão de Oliveira — Eng.º Ind — C R E A 898-D. — 2.ª Região".

Dentro dêste plano, com algumas modificações quanto à área, construimos um conjunto de residências, para funcionários e militares adaptamos bombas novas nos melhores poços, revimos e substituimos uma grande parte de canos dágua e rêde elétrica, e, adquirimos um trator com lâmina.

Tôdas as construções observaram as linhas mestras do plano em referência.

Em 1957, o Território foi dotado com Cr$ 1.000.000,00

(um milhão de cruzeiros) para as obras o que impediu um maior desenvolvimento do que se planejou.

Com verbas tão reduzidas procuramos uma fórmula de administração que pudesse proporcionar maior rendimento. Assim sendo, contratamos apenas a mão de obra, por empreitada, às vezes completada por funcionários do próprio Território, cabendo ao Govêrno a administração, fiscalização e colocação do material ao pé da obra, além de sua aquisição.

De início empregamos em algumas construções tijolos e cobertura de telha de barro, mas, chegamos à conclusão que se tornava mais econômico trazer do continente apenas cimento e aqui confeccionar blocos, seja na fábrica de blocos e mosaicos (paralizada há vários anos), seja por técnico especializado, em fôrmas próprias de madeira. Muitas vezes a produção dêsse último suplantou a da fábrica, que possui duas máquinas.

As telhas de barro, em várias obras, foram substituidas por telhas de alumínio de liga especial, antiferruginosa, o que trouxe facilidade de transporte, economia de mão de obra e de material.

Em tôdas as obras empregamos cal, pedra, britada ou não, e areia, locais, sendo o restante de material importado.

Tôda a cal, de ótima qualidade, foi obtida na Caieira, por nós reformada, queimando calcáreo de nova jazida localizada pelo professor Pierre Taltasse, Geólogo da O.N.U. quando aqui esteve em estudos.

A brita fornecida foi obtida em nosso britador, empregando no serviço funcionários da Divisão de Obras.

Grandes transtornos trouxe às construções a irregularidade das viagens do "TUPIARA", o que nos obrigava a fazer uma grande previsão de material para não paralizar obras e deixar operários sem ter o que fazer. Além disso é frequente perderem-se 20% do material no desembarque marítimo.

Muito contribuiram para o sucesso do empreendimento as oficinas do Território, que estão equipadas com as seguintes máquinas: —

CARPINTARIA

1 (um) desempeno, 1 (um) desengrosso, 1 (uma) tupia, 1 (uma) serra de fita, 1 (uma) serra circular, 1 (um) torno, 1 (um) esmeril, 3 (três) bancadas e 1 (uma) máquina de solda elétrica.

OFICINA MECÂNICA

2 (dois) tornos mecânicos (elétricos), 1 (uma) máquina de furar (elétrica), 2 (duas) máquinas de furar (manuais), 2 (duas) forjas, 2 (duas) máquinas de solda a oxigênio, 1 (uma) máquina de solda elétrica, 1 (uma) forja de mão, 2 (duas) bigornas, 2 (duas) bancas e torno inglês. Não havendo oficinas particulares, é óbvio salientar a importância da mesma para os serviços de qualquer natureza.

Para a confecção local de tijolos, não aceitamos a opinião de que o barro da Ilha não se prestava ao seu fabrico, o que era voz corrente, e, experiências foram feitas com diferentes amostras de barro, por mais de ano, por gentileza da Cerâmica São João do Recife, chegando-se à conclusão final de que o barro de determinada área dos Três Páus, desde que fôssem eliminadas certas pedras que o mesmo contém, poderia oferecer ótimo resultado.

Sòmente não montamos uma olaria, devido aos resultados finais da experiência terem sido obtidos no segundo semestre de 1.957, quando já não possuíamos recursos e tempo para a aquisição da necessária maquinaria.

Com a montagem de uma olaria para a fabricação de tijolos e telhas, as obras em Fernando de Noronha, sofreriam uma grande redução no seu custo.

As obras executadas foram as seguintes:

GRUPO ESCOLAR:

Lage de impermeabilização, instalação de esgôto, instalação hidráulica, instalação elétrica, piso, soleiras, rodapés, peitoris, vidros e ferragens, colocação de aparelhos sanitários, lavatórios e pias, construção de calçada, pintura e quadrosnegros.

Esta obra foi construida sob administração, em regime de acôrdo com o I.N.E.P. do Ministério da Educação e Cultura, que forneceu pràticamente todos os recursos financeiros.

MATERNIDADE — POSTO DE PUERICULTURA — GARAGEM e LAVANDERIA

Essa obra foi construida em regime de acôrdo com o Departamento Nacional da Criança que forneceu Cr$ . . . . . 1.050.000,00 (um milhão e cinquenta mil cruzeiros), em três parcelas a partir de 1.953. Coube-nos, na Maternidade, Garagem e Lavanderia, fazer o seguinte: — piso, fôrro, coberta, es-

quadrias, colocação de vidros, instalações sanitárias, hidráulica e elétrica, fossa, colocação de azulejos e pintura, já encontrando grande parte do material adquirido.

Recebemos sòmente uma parcela de Cr$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil cruzeiros) referentes a 1.955, que nos permitiu adquirir o material e construir o Pôsto de Puericultura.

As construções acima foram executadas na conformidade das plantas fornecidas pelo Departamento Nacional da Criança.

CONJUNTO RESIDENCIAL DA RUA DO SOL

Foram construidas nesse conjunto, 10 (dez) casas pré-moldadas com telhado de alumínio e 60m2 de área de construção.

Cada casa possui: — 3 quartos (2 de 2 x 3 e 1 de 3 x 4), 1 sala (3 x 4,5), 1 terraço de (1,5 x 3), cosinha de (3 x 2) e banheiro (2 x 2). Essas casas foram construidas com grande rapidez por serem suas paredes de placas de cimento, pré-moldadas.

HOTEL

No seu local existia uma casa de hóspedes, que foi totalmente reformada e acrescida de um grande salão para refeições, nova cosinha, etc. Assim, ficamos com 343m2 de área construida, comportando dois apartamentos, com banheiro de 27,30m2, 5 quartos de 10,20m2, 2 banheiros e 2 W C, um salão para refeições, bar, cosinha, copa, despensa e depósito. Êste hotel sofreu um aumento de 6 apartamentos (6 x 3) cada numa área total de 130m2, tendo 3 banheiros, sendo um para cada dois apartamentos.

O acréscimo da antiga casa de hóspedes possui piso de mosaico e cobertura de alumínio.

ESTÁBULO

Apresenta uma área de construção de 200 m2, com capacidade para 24 vacas e possui 4 compartimentos fechados, destinados a 2 depósitos de forragem, e 1 depósito de vasilhame para leite e aos serviços veterinários.

BANHEIRO CARRAPATICIDA — DOIS AVIÁRIOS e POCILGA

Essas obras obedecem a plantas e especificações extraidas do livro "Construções Rurais", de Orlando Carneiro.

CONJUNTO RESIDENCIAL DE TRÊS PAUS

Composto de 4 grupos de 2 casas cada um, e, 130m2 de área de construção, num total de 620m2. Cada residência possui 3 quartos, sala, banheiro, cosinha e 2 terraços. Êste conjunto foi construido em regime de acôrdo com o Govêrno Norte-Americano, que forneceu sòmente o material. Suas paredes externas são de blocos de cimento fabricados por firma americana e as paredes divisórias internas, são de blocos fornecidos pela fábrica do Território. O piso é de mosaico e o telhado de alumínio. Todo o material é nacional.

CENTRO DE SAÚDE

Apresenta uma área construida de 111m2. Compõe-se de Gabinete Médico e Gabinete Odontológico com sala de prótese, Ambulatório, Farmácia com Laboratório e dois depósitos, e alojamento de enfermeiro com instalações sanitárias. Êste Centro de Saúde, localizado na área Central da Vila dos Remédios facilitou para os habitantes do Território, a compra de medicamentos, aplicação de injeções, consultas médicas e odontológicas, que antes eram efetuadas na Enfermaria Militar, localizada em ponto distante. Empregaram-se blocos manuais de cimento e telhado de alumínio.

GARAGEM

Organizada para comportar 10 viaturas, possui 3 compartimentos fechados para guarda de material e escritório. Área construida de 280m2. Material empregado: — blocos manuais de cimento e telhas de amianto.

Estão projetados junto a esta garagem, uma rampa para lavagem e lubrificação e um posto de abastecimento de gasolina, para o que já se possuem um tanque e uma bomba, fornecidos pela Atlantic.

SORVETERIA

Área construida 87m2, comportando salão, alojamento de empregados, 1 depósito e sanitários. Foram utilizados blocos manuais de cimento e telhas de alumínio.

BARBEARIA

Construida ao lado da sorveteria com uma área de 12m2; e seu material de construção é o mesmo empregado naquela.

CAIXA DÁGUA

Foram construidos cinco reservatórios para água, sendo 2 de 20.000 litros e 3 de 9.000 litros.

REFORMAS

— Duas residências foram quase totalmente reconstruidas, inclusive fazendo-se instalações sanitárias (rua do Pico e Travessa da Estrêla);

— Quatro sofreram grandes reformas (duas junto à estação de rádio e duas juntas à Igreja);

— Fôrro e pintura: — no Clube dos Sargentos (onde foi construida uma varanda), na casa do Sub-Comandante, na casa do Secretário (parte) e na casa do Fiscal Administrativo (estuque):

— Reparos e pinturas em quase todos os prédios públicos e em quase tôdas as residências;

— Pintura e reforma nos muros e capela do cemitério;

— Reforma de 6 casas na Rua do Sol com construção de cosinha e instalação sanitária em três.

Para solucionar em parte o problema de moradia, havíamos projetado em 1956 transformar o antigo presídio (quartel do 30 B.C. durante a Guerra), em 28 apartamentos e uma casa residencial, perfazendo uma área de 1.781m2, incluindo-se serviço de urbanização e um parque infantil.

Êste projeto deixou de ser realizado em 1957, por terem as verbas destinadas a obras sofrido grande redução. Em consequência e de acôrdo com as necessidades do Posto de Observação e Contrôle de Teleguiados, ora se instalando na Ilha, foi o prédio totalmente cedido aos americanos para a instalação dos operários brasileiros, mas sòmente durante a construção do Posto.

Na proposta orçamentária para 1958 incluimos Cr$ .. .. 8.200.000,00 (oito milhões e duzentos mil cruzeiros) para obras, que resolveriam totalmente o problema atual da habitação, reconstrução do açude do Xaréu, parte do saneamento e construção de vários reservatórios dágua, que são as necessidades mais prementes do Território.

No entretanto, a dotação distribuida para 1958 foi sòmente de Cr$ 2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil cruzeiros) o que possibilitará cumprir apenas parte dêste programa.

RECREAÇÃO

Ao chegarmos a Fernando de Noronha encontramos paralizados o cinema e os dois Clubes Recreativos (o dos funcionários civís e o dos Sargentos).

Reunindo os elementos mais ativos da população os incentivamos e demos apôio moral e material, reformando por completo as instalações dos referidos Clubes.

Hoje. os dois têm suas sedes organizadas, com equipamento próprio, tais como geladeira, eletrola, alto-falantes, bilhar, etc funcionando normalmente, inclusive com serviço de bar e jogos recreativos.

Quanto ao cinema fizemos algumas reformas no prédio, instalação de cabine, além de adquirirmos duas máquinas de 16m/m, permitindo projeções contínuas. Atualmente funciona com quatro sessões semanais, com filmes fornecidos pelas melhores emprêsas e a Cr$ 5,00 e Cr$ 2,50 o ingresso, respectivamente para adultos e crianças. O cinema é controlado pelo Centro Social

Quanto aos esportes, incentivamos a prática dos mesmos. Foram organizados 3 torneios de basquetebol, com seis quadros e dois de futebol com quatro equipes. em disputa de troféus e medalhas ofertados pelo Govêrno e por particulares.

Tôdas as grandes datas foram comemoradas com sessões cívicas e recreativas, congregando-se nesse objetivo Govêrno, Sociedade e clube locais, em algumas das quais tivemos até a participação dos norte-americanos.

PESCA

Estando Fernando de Noronha, situado dentro de uma corrente marítima das mais ricas em peixe, era natural que voltássemos a atenção para tal problema.

Sabendo serem essas correntes riquíssimas em atum, procuramos resolver o problema de transporte (precário como sempre) através de barcos de pesca.

Em outubro de 1955, expusemos nossas idéias ao Conselho Coordenador do Abastecimento, após o que, fomos encaminhados ao Presidente Café Filho, que recomendou nosso projeto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

O referido projeto seria iniciado com a compra de um barco atuneiro, modernamente equipado e que nos daria a prioridade desta pesca no Brasil. Êsse barco possuiria uma tonelagem correspondente às necessidades em carga de Fernando de Noronha, que seria trazida do Recife, quando o mesmo viesse pescar.

Iniciámos as conversações com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, chegando a ser estudada a organização de uma sociedade de economia mista.

Os acontecimentos políticos quebraram aqueles entendimentos e, consequentemente, perdemos a oportunidade de adquirir o barco previsto, de fabricação espanhola.

Encaminhamos um Memorial ao Exmo. Sr. Presidente da República em 12 de junho de 1.956, no qual solicitamos a cessão de três barcos de pesca que estavam sendo construidos nos estaleiros do nordeste, além de recursos para a aquisição de material para equipar Fernando de Noronha, com uma pequena indústria pesqueira. Êsse memorial, depois de aprovado, foi encaminhado pelo Conselho Coordenador de Abastecimento à Caixa de Crédito da Pesca, que nos forneceu recursos no valor

de Cr$ 2.450.000,00 (dois milhões quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros).

Para execução dêsse nosso planejamento nos aconselhamos frequentemente com a Caixa de Crédito da Pesca, Divisão de Caça e Pesca, Abrigo Cristo Redentor e com outras pessoas conhecedoras do assunto, além de obter a assistência técnica da Atlas do Brasil Indústria e Comércio S/A do Rio de Janeiro, cujos técnicos de pesca e frigorificação estiveram no Território várias vezes, concluindo por apresentarem um conjunto de instalações, cuja maquinaria foi encomendada da Dinamarca, com exceção do material que poderia ser fabricado no Brasil, tudo por intermédio da Caixa de Crédito da Pesca, em agosto de 1956.

Essas instalações comportavam: — uma antecâmara e duas câmaras, sendo uma de armazenagem (60 toneladas) e outra de congelamento rápido, uma sala com congelador de placas para filé, uma sala de recepção e tratamento de pescado, um depósito e uma fábrica de gêlo em flocos com capacidade diária de 6.000 quilos com aproveitamento da água do mar.

A falta de interêsse do então Superintendente da Caixa de Crédito da Pesca fez com que as licenças de importação demorassem a ser concedidas e, em consequência, o material importado sòmente chegou ao Recife em fins de setembro de 1957.

Dos barcos cedidos por ordem de Sua Excelência o Sr. Presidente da República, dois foram entregues em Outubro e Novembro de 1957 e o terceiro sòmente em 1958.

Ainda em Agosto de 1956, assinamos um contrato de locação com opção de compra, do barco Santa Alice, com a Caixa de Crédito da Pesca, vindo êste barco para Pernambuco.

Todo êsse planejamento foi realizado tendo em vista, como fator principal de sua execução, a construção de um cáis, em Fernando de Noronha, previsto no projeto norte-americano do Pôsto de Observação de Teleguiados.

Em princípios de 1957, fomos informados de que a execução da construção do cáis fôra cortada, o que nos levou a rever o nosso planejamento.

Nessas condições, para que o material não ficasse sem serventia em Fernando de Noronha, pela falta de cáis, procuramos ceder sem qualquer ônus todo o material a nos ser entregue pela Caixa de Crédito da Pesca e nos desfazer do contrato do barco Santa Alice, para que a Nação não fôsse prejudicada.

Em face dessa nova atitude, recebemos, em maio de 1957,

os ofícios n.ºs 492/57 e 493/57-Gab do Govêrno do Território do Amapá, propondo que lhe fôsse cedido todo o nosso material de pesca, quer de terra, quer de mar. Os entendimentos foram entabolados, não tendo chegado a uma solução definitiva, pois o Gabinete Civil da Presidência da República em setembro de 1957 nos informou que o assunto estava dependendo de uma proposta feita pelo Govêrno do Rio Grande do Norte.

Tendo em vista a solução dada pelo Exmo. Senhor Presidente da República no memorial do Govêrno do Estado do Rio Grande do Norte de 25 de setembro de 1957 e face ao despacho do Exmo Sr Ministro da Guerra no processo n.º 26311/57 — Gab MG de 11 de outubro de 1957, que nos autorizava a ceder àquele Estado todo o material para a indústria de pesca do nosso Plano, entramos em ligação com o Governador Dinarte de Medeiros Mariz, para a entrega dos barcos e todo o material de pesca que não fôsse mais necessário ao nosso plano.

Nessas condições já fizemos entrega do material acima referido.

Atualmente, estamos pois imprimindo ao problema da pesca uma orientação mais modesta, que consiste em completar a motorização dos pequenos barcos existentes, para o que já foram adquiridos quatro motores marítimos fabricados em Santa Catarina. O Centro Social proporciona a necessária assistência aos pescadores, adquirindo-lhes a totalidade do pescado para revenda no Recife, e realizando tôda a escrituração e contabilidade decorrentes. A produção é enviada para Recife em avião fretado pelo Ministério da Guerra ou, em caso da produção exceder à sua disponibilidade, fretando avião para êsse fim, o que já tem ocorrido algumas vezes.

O plano anterior comportava a organização de três tipos de frota: — uma de pequenos barcos e jangadas motorizadas para a pesca em tôrno do arquipélago, plano atual; outra de barcos maiores para a pesca entre Fernando de Noronha—Rochedos de São Pedro e São Paulo—Atol das Rocas (pesca de espinhel e linha); e a terceira de grandes barcos para a pesca no mar pelágico (pesca de espinhel) e transporte do pescado para os centros consumidores do Nordeste.

Em terra, montaríamos fábricas para o preparo de produtos e sub-produtos do pescado. Seria Fernando de Noronha um barco-mãe em pleno oceano. Todos os barcos seriam equipados com material moderno e controlados pelo rádio.

Com a vinda dos barcos japonêses para o Nordeste, houve, por parte de autoridades e pessoas já interessadas neste em-

preendimento, uma retração e mesmo desgraça nessas realizações. Isso, aliado à falta de cais, nos levou a sòmente executar a primeira parte do plano, e com restrições.

Em face dessa situação, fizemos um acôrdo com a Escola de Pesca Tamandaré, de Pernambuco, em janeiro de 1957, para utilização do barco "Santa Alice", que assim vem dando treinamento a seus alunos e contribuindo para o abastecimento do Recife.

Êste barco, temos a honra de dizer, foi o primeiro barco brasileiro equipado de "long line", isto é, espinhel do mesmo tipo usado pelos japonêses e de 25kms de extensão. O rendimento de pesca por êsse processo (9% dos anzóis), foi superior ao dos barcos japonêses (6% de anzóis).

Ao assumirmos o Govêrno, encontramos o pescado sendo comprado por um particular local, por preços baixos, e que pagava uma taxa de frigorificação ao Território e o enviava ao Continente pelos aviões normais. A disponibilidade de carga era distribuida de maneira irregular para êsse comerciante e outros pescadores que tivessem peixe depositado no frigorífico. Essa situação fazia com que os pescadores vendessem o produto do seu trabalho, muitas vezes, com prejuizo, pois passavam semanas sem ter quota de embarque.

Inicialmente, proibimos a compra de peixe com fim comercial e passamos a distribuir a quota de disponibilidade igualmente entre os pescadores. Isso também não resolveu, pois a quota distribuida às vezes, era pequena, devido ao grande número de pescadores, o que levava muitos deles, quando necessitados, a vender o seu pescado a colegas com capital e por preços ínfimos.

Posteriormente, chegamos a uma solução final, que até hoje tem dado bons resultados e que contentou a todos. O pescado é entregue no frigorífico, onde o pescador recebe um vale que, semanalmente, é pago na Tesouraria do Centro. O contrôle, escrituração, venda e ainda o ônus da quebra na frigorificação e deterioração, correm por conta do Centro Social.

Desde longa data, há controvérsias sôbre a qualidade do pescado oriundo de Fernando de Noronha. Julgam muitos que na época do verão venha êle a intoxicar. Durante êsses dois anos não chegamos a ter uma vintena de casos na Ilha, e os constatados foram devidos ao fato de já estar o peixe deteriorado, ou à sua preparação incorreta e, incidiram geralmente em pessoas de fraca constituição física e orgânica.

Quado o número de pescadores chegou a mais de cem, houve uma grande produção. Procuramos entendimentos com

órgãos oficiais para fazer a distribuição do pescado no Recife, a fim de que pudesse a população ter o produto a preço baixo e accessível.

A melhor acolhida que encontramos, foi a da Prefeitura do Recife, a quem então resolvemos entregar a distribuição do nosso pescado. Já na Semana Santa de 1956, fazíamos o embarque da primeira partida, em aviões fretados por aquela Municipalidade, (cêrca de 40 toneladas) que foi distribuido a preço inferior à tabela aprovada pelos órgãos controladores.

A chegada do primeiro avião provocou uma grande celeuma, em virtude das controvérsias existente em tôrno de sua qualidade. A luta contra a Prefeitura foi grande, e essa teve que se prevenir contra tudo, a fim de que não fracassasse o plano de abastecer Recife de pescado durante aquela Semana Santa. O peixe foi distribuido a contento, e, nos hospitais do Recife, raros foram os casos registrados de intoxicação.

A campanha de desmoralização, de cunho notadamente político e secundada pelos interêsses despertados com a vinda dos barcos japonêses que eram aguardados, não obteve sucesso.

Com a chegada do "Santa Alice", novos carregamentos para a Prefeitura do Recife foram feitos, e nova campanha contra o pescado de Fernando de Noronha era levantada.

Em janeiro de 1957, modificando a nossa política, fizemos o acôrdo de utilização do "Santa Alice" pela Escola de Pesca-Tamandaré, que treinando os seus alunos, lançou-se à pesca, levando o produto ao mercado recifense, onde não mais é distribuido pela Prefeitura e sim pelos comerciantes do ramo.

Depois disso, as campanhas de desmoralização do pescado Território cessaram...

Não descuidando do problema da pesca, e com o fim de esclarecer a questão das intoxicações, já lendárias, tivemos o cuidado de, aceitando o oferecimento de Mr. Robert Lee, técnico da FAO, que realizava estudos sôbre pesca de atum no Nordeste, enviar ao Recife, diversas amostras do pescado de diferentes espécies, que, submetido a exames de laboratório, conforme documentos arquivados, comprovaram a sua boa qualidade para o consumo.

Em fevereiro de 1957, após entendimentos havidos entre o Govêrno do Território e a Secretaria da Saúde do Estado de Pernambuco, recebemos a visita de uma comissão de técnicos do Departamento de Saúde Pública daquele Estado que "in-loco", procedendo a testes químicos e biológicos em amostras das principais espécies do peixe produzido em Fernando de Noronha, concluiram pela aceitabilidade do produto para con-

sumo alimentar em face dos resultados negativos obtidos e que ainda salientaram, no mesmo relatório que "salvo o do Exército, a cidade do Recife não dispõe de frigoríficos adequados, e que esta tem sido uma das causas de má conservação do pescado entre nós, originando inutilizações do peixe de Fernando de Noronha como de outras procedências, sendo destituidas de fundamento as objeções com que se procura eliminar o abastecimento de peixe a esta cidade, procedente daquele Território" (Relatório de 8-3-57).

O frigorífico que o Território possui, montado em 1942, ainda funciona bem. Sofreu várias revisões nos compressores, além da montagem de uma nova tôrre de refrigeração. Possui duas câmaras, uma com capacidade de 25.000 kg de carne ou peixe e outra de 5.000 kgs, além de uma antecâmara para armazenar 7.000 kgs de banha, ovos, legumes, leite etc. Montada junto ao frigorífico existe uma fábrica de gêlo para produção de 700 kgs diários.

O pescado entrado no frigorífico em 1956 correspondeu a 91.901 quilos e em 1957 a 86.076 quilos.

FOSFATO

Como principal riqueza mineral, possui o Território, na ilha Rata, situada a nordeste da ilha principal e distado dela uma milha marítima, aproximadamente com cêrca de 2 Km2, o Guano Fosfato, que é uma substância de origem animal, formada pelas dejeções de pássaros marinhos, suas carnes e seus esqueletos, acumulados durante séculos. Êste guano é diferente do encontrado em região áridas, como o da costa do Perú, que é denominado amoniacal e a razão da diferença está justamente na operação química de dissolução dos compostos amoniacais e dos ácidos e sais orgânicos de potássio e sódio, pela água proveniente das costantes chuvas das regiões tropicais.

Em análises procedidas no guano fosfático, para determinação de seu índice de solubilidade, constatou-se que 75% do fósforo são prontamente atacados pelos ácidos fracos do solo, o que permite a utilização rápida dêsse elemento pelas plantas em sua nutrição. O amoníaco, o potássio e o sódio faltam inteiramente ou entram em proporção tão pequena que não podem ser considerados como elementos de valor.

Em 100 partes de fosfato da Ilha Rata, existem:

— Ácido fosfórico	28.031
— Co^2	3.300
— Cal	32.080
— Alumínio	9.440
— Óxido férrico	7.420
— Soda	0.508
Sulfato de potássio Potassa Cloro	Traços

Ácido titânico	1.11	Resíduo insolúvel no ácido nítrico
Sílica	1.92	
Alumina	1.00	
Óxido férrico	3.78	
Água	10.992	
Matéria Orgânica	Pequena quantidade	
Amônia	Vestígios	

Estes dados foram obtidos da publicação "Território Federal de Fernando de Noronha, 1952, 1953", de autoria do então Governador Major José Francisco da Costa.

O guano fosfático deve ser usado como adubo, com as mesmas qualidades fertilizantes dos demais fosfatos comerciais. O seu valor na adubação já foi comprovado em experiências de campo realizadas por iniciativa do Senador Apolônio Sales, quando Secretário da Agricultura de Pernambuco (Boletim da Secretaria de Agricultura de Pernambuco, tomo III, volume 2, abril e junho de 1934).

Desde a sua descoberta, no século passado, que essa jazida vem sendo explorada, tanto por parte de potências estrangeiras como por inescrupulosos nacionais. mas sempre de maneira irregular.

Sòmente depois dos estudos, prospecção e registro da lavra em 1882 pelo Ministério da Agricultura é que, a partir de 1887 a jazida começou a ser explorada pelo Sr Joaquim Borges de Lima, mediante acôrdo com o Govêrno.

Desconhecem-se os resultados dessa operação e sòmente em julho de 1951 (Decreto n.º 29.748), foi o cidadão português, naturalizado brasileiro, Augusto Carlos Cardoso, autorizado a pesquizar fosfatos e associados na Ilha Rata, neste Território.

A firma Indústrial e Comércio Guano Fosfato Ltda. obteve do cidadão acima a cessão dos direitos de pesquisas (Contrato assinado em 25.4.53).

Em 12 de fevereiro de 1954 foi submetido à consideração do Exmo Sr Presidente da República o processo (provocado pelo Govêrno do Território) no qual o Conselho de Segurança Nacional surgeria fôsse feita a desapropriação dos trabalhos de pesquisa de fosfato, feitos por particulares, porque interessava sobremaneira à União, que permanecesse com o Govêrno do Território a concessão daquela e outras jazidas do Arquipélago. O Exmo Sr Presidente da República se manifestou de acôrdo com aquele parecer (Exposição de motivos n.º 143 de 12 de

fev 54, publicado o despacho no Diário Oficial de 19.2.54 — Processo n.º 733/53).

Em 26 de maio de 1954, foi submetido à consideração presidencial, pelo Conselho de Segurança Nacional, o processo em que Augusto Carlos Cardoso, solicitava autorização para efetuar pesquisas de fosfatos e associados, numa área de 40ha na Ilha Rata, tendo aquele Órgão opinado que fôsse concedido ao Território o direito de exploração de suas jazidas de fosfato e outras existentes. Na hipótese do Território não proceder, por si, a exploração, deveria então contratá-la mediante concorrência pública, e, no caso de se verificarem igualdades de condições das propostas apresentadas, ao então pesquisador, fôsse concedida preferência para exploração (Exposição de motivos apresentada em 28 Maio 54) (Processo PR 10296/54, Exposição de motivos n.º 350 de 26.5.54, publicado no Diário Oficial de 31.5.54).

A 14 de junho de 1954, assumiu o Govêrno do Território o Major Antonio Coelho Netto, e, em 2 de julho do mesmo ano, no Cartório José da Cunha Ribeiro, na Capital Federal, foi assinado entre o Govêrno do Território, representado pelo então Governador, êste por sua vez, representado pelo Tenente Coronel José Duarte Alves e a firma Indústria e Comércio Guano Fosfato Ltda., uma escritura de convenção e cessão de documentação, a propósito das jazidas de fosfatos e associados na Ilha Rata. Entre outras coisas, ficou contratado que a firma cedia ao Território tôda documentação referente às jazidas e constantes do Processo DNPM 4991/50, a fim de ter um andamento mais rápido o Decreto de autorização de lavra em favor do Território. Entretanto, na cláusula quinta da escritura acima citada, ficou estabelecido que o Território faria constar dos editais de concorrência pública o ônus da indenização que a firma julgava ter direito em caso da concorrência ser ganha por outrem.

Pelo Decreto n.º 26.260, de 27 Set 54, foi o Govêrno do Território Federal de Fernando de Noronha, autorizado a lavrar fosfatos e associados na Ilha Rata.

Pelo Ofício n.º 107-Gov, de 11 de Outubro de 1954, o então Governador requereu ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, autorização para contratar a lavra e exploração de guanos fosfatos, mediante concorrência pública sob a fórmula e condições sugeridas na letra "b" da Exposição de Motivos n.º 350 do Conselho de Segurança Nacional. Em resposta recebeu daquele titular, pelo Ofício G M 2158, de 29.11.54, cópia do pa-

recer emitido pelo DNPM na qual o mesmo opina que "de acôrdo com o Art 53 do Código de Minas, podia o Território abrir concorrência pública para exploração de jazida, por arrendamento, sendo usual em se tratando de exploração mineira, arrendar o direito de lavra, recebendo o aluguel da jazida locada em **"Royalty"**.

Não sabemos porque motivo não foi aberta concorrência pública, e em 22 de novembro de 1954, foi então assinado no Cartório Henrique Luiz Cavalcanti de Albuquerque, no Recife, entre o Govêrno do Território, representado pelo então Governador Major Antonio Coelho Netto e a firma Indústria e Comércio Guano Fosfato Ltda., com sede naquela cidade, escritura de cessão de direito da lavra de guano fosfato (escritura transcrita no Diário Oficial de 27.12.54).

Em 3 de junho de 1955, a escritura acima foi registrada no Tribunal de Contas (Diário Oficial de 10.8.1955).

Ao assumirmos, em setembro de 1955, o Govêrno do Território, tratamos de estudar, entre outros problemas, a questão das jazidas de guano fosfato da Ilha Rata, assim como o contrato de cessão de direitos assinado entre o Govêrno do Território e a Indústria e Comércio Guano Fosfato Ltda., chegando à conclusão, e sendo de opinião, que o mesmo deveria ser fiscalizado de maneira rigorosa, a fim de serem cumpridas as cláusulas contratuais, zelando pelo patrimônio do Território, porque assim o exigiam a nossa honestidade e o nosso dever de cidadão e homem público.

Assim é que, em janeiro de 1956, quando a cessionária, pela primeira vez depois da assinatura do contrato da cessão de direitos de lavra, trazia alguns operários para a extração do guano fosfato, exigimos o cumprimento do disposto no Capítulo da Consolidação das Leis do Trabalho, referente à higiene e segurança do trabalho, não só para protegê-los mas também porque, pelo item "e" do contrato, a emprêsa se obrigava a cumprir tôdas as determinações trabalhistas.

Isso provocou por parte da emprêsa, um requerimento ao Sr Diretor Geral do Departamento Nacional do Trabalho, solicitando a título precário, o prazo de 90 dias para iniciar os melhoramentos a que se propôs a realizar na Ilha Rata pelo contrato em seu item "c" do Art. 3.º.

Êsse requerimento e o nosso Ofício n.º 29-Gov, de 10.2.56, provocaram a vinda a êste Território, da Comissão do Departamento Nacional do Trabalho, nomeada pela Portaria DNT n.º 44, de 22.3.1956 e constituida pelos Dr. Evio Santos de Bustamante, Diretor da Divisão de Higiene e Segurança do Traba-

lho. Dr. Lauro Sodré Viveiros de Castro, Chefe da Secção de Segurança e Sr. Francisco Souto Maior, Inspetor do Trabalho, a fim de verificar "in-loco" as condições de higiene e segurança do trabalho na Ilha Rata, cujo relatório final opinava "que não deviam ser permitidos os trabalhos de extração de guano fosfato, enquanto a Indústria e Comércio Guano Fosfato Ltda., não desse cumprimento às exigências mínimas de higiene e segurança, consignados nas intimações levantadas pelas Secções Técnicas da Divisão de Higiene e Segurança do Trabalho". Opinou ainda a douta comissão do D N T, que "fôsse ouvido o D N P M do Ministério da Agricultura na questão do cumprimento do disposto no Código de Minas".

Assim é que, depois dêsse parecer do D N T e da nossa solitação ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, por intermédio do Exmo. Sr. Ministro da Guerra, em agosto de 1956, aqui chegava a Comissão do D N P M, composta dos Drs. Joaquim Cid de Morais, Consultor Jurídico, e Francisco Moacyr de Vasconcelos, Engenheiro de Minas, para tambem verificarem "in-loco", o cumprimento dos dispositivos do Código de Minas, cujas conclusões finais foram: "1) — Nada fez de real a empresa Industria e Comercio Guano Fosfato Ltda, depois de novembro de 1953 época em que fez o último embarque de parte de quantidade da primeira guia de utilização, suplementada posteriormente com a guia especial de 20.000 toneladas, expedida ainda na Administração anterior do Território, que findou em setembro de 1955. E também nada foi providenciado quanto ao prometido no plano de lavra, depois de 9 de fevereiro de 1955 — averbação do D N P M — e nem tão pouco depois de 3 de junho de 1955, data do registro do contrato no Tribunal de Contas, visando a emprêsa levar a bom têrmo a exploração em causa. Assim sendo, a Indústria e Comércio Guano Fosfato Ltda., não vem cumprindo os dispositivos do Código de Minas, sobretudo os enumerados no Art 34, mantendo as jazidas por mais de um ano paralizadas;

2) — Devemos, de outra parte, ressaltar a necessária confiança que possa sentir firmeza no problema que enfrenta e poder enque deve merecer o minerador, financeiramente capaz, afim de tão, possuido de sadio espírito mineiro, proceder com segurança, a inversão do capital exigido, conduzindo a bom têrmo o aproveitamento racional do bem mineral;

3) — Sugerimos ainda, não serem mais concedidas autorizações de pesquisas a particulares, no Arquipélago de Fernando de Noronha, por se tratar de ponto estratégico em base militar".

O relatório apresentado pela comissão do D N P M que visitou êste Território, deu margem a que fôsse ouvido o Consultor Jurídico do Ministério da Agricultura, Dr Benjamin de Campos, cujo parecer foi publicado na página n.º 1746 do Diário Oficial de 24 de jaeiro de 1957, que abaixo transcrevemos, aprovado pelo Exmo Sr Ministro da Agricultura, Dr Mário Meneghetti:

"Parecer n.º 113. S. C. 17798-56.

Código de Minas, autorização de lavra de jazida de fosfato e associados. Cessão dos direitos decorrentes a terceiros. Inadimplemento das obrigações impostas pelo contrato e pelo Código de Minas à emprêsa cessionária. Caso de caducidade de Decreto de autorização.

Senhor Ministro:

Augusto Carlos Cardoso requereu, em 6-9-1950, autorização para pesquisar fosfato e associados em uma área de 40 Ha., na Ilha Rata, uma das componentes do arquipélago de Fernando de Noronha.

2. Ouvidos o Conselho de Segurança Nacional e o Ministério da Marinha, êsses órgãos nenhuma objeção apresentaram a respeito, donde haver sido expedido o Decreto n.º 29.748, de 2.7.1951, autorizando o requerente a realizar a pesquisa pleiteada.

3. Por escritura de 25.4.1953, lavrada nas notas do Tabelião H. L. Cavalcanti de Albuquerque, da cidade do Recife, Estado de Pernambuco, o concessionário cedeu os seus direitos à emprêsa Indústria e Comércio Guano-Fosfato Limitada, que em 10.7.1953, requereu autorização de lavra da jazida em causa, a essa época já convenientemente pesquisada por seu antecessor.

4. Estava o pedido em estudo no D.N.P.M., quando o Conselho de Segurança Nacional comunicou a esta Secrtaria de Estado, pelo Aviso n.º 106, de 9.3.954, haver o Senhor Presidente da República por despacho datado de 16.2.1954, autorizado a "desapropriação dos trabalhos de pesquisa já realizados na referida Ilha", na forma do que dispõe o art. 36 do Código de Minas.

5. Motivou êsse despacho, consoante ficou esclarecido no processo, uma exposição do Govêrno do Território Federal de Fernando de Noronha, dirigida à aludida autoridade, manifestando-se contrário à exploração das riquezas minerais em apreço por particulares, dado o inegável interêsse público de que a mesma se reveste, não só devido à sua localização em uma base de excepcional valor estratégico para a defesa do País, como também pela necessidade de ser o seu produto utilizado em benefício exclusivo da comunidade local.

6. Diante disso, foi expedido o Decreto n.º 36.260, de 27.9.1954, autorizando o Govêrno daquele Território Federal a lavrar a jazida em ques

tão. Isso após haver êle conseguido, por escritura de 2.7.1954, lavrada nas notas do 21.º Ofício desta Capital, que a cessionária Indústria Guano-Fosfato Limitada lhe transferisse tôda documentação referente à jazida, para que a mesma fôsse "explorada mediante concorrência pública, na conformidade das instruções a respeito, expedidas pelo Conselho de Segurança Nacional, correndo o ônus da indenização devida pela cessão por conta da firma vencedora da concorrência".

7. Pelo ofício n.º 197 de 11.10.54, o Govêrno do Território, alegando não dispor de recursos técnicos e financeiros para a lavra e exploração comercial da jazida, solicitou permissão do Ministério para, à semelhança do que ocorria com o Território do Amapá, contratar os serviços de lavra com particulares, mediante concorrência pública, consoante, aliás, já havia sido autorizado pelo Senhor Presidente da República.

8. Pronunciando-se a respeito, manifestou-se o Ministério inteiramente de acôrdo com essa proposta, uma vez que a mesma encontrava perfeito apôio na disposição do art. 33 do Código de Minas, que não se opôs à exploração das jazidas por arrendamento, mediante pagamento da locação em "royalty".

9. Essa, entretanto, não foi a orientação seguida pela referida autoridade, que por escritura de 22.11.1954, cedeu a concessão à primitiva cessionária, Indústria Guano-Fosfato, mediante as condições constantes do mesmo contrato.

10. Como a cessionária não vinha cumprindo as obrigações que foram impostas, o novo Governador do Território, Major Abelardo de Alvarenga Mafra, solicitou ao D.N.T e ao D.N.P.M. a designação de comissões incumbidas de proceder a uma vistoria "in loco", a fim de constatar a infração, por parte da cessionária, disposições da Consolidação das Leis do Trabalho e do Código de Minas, a fim de serem adotadas as medidas cabíveis na espécie.

11. Essas comissões, após haverem procedido à vistoria solicitada, chegaram à conclusão de que, na realidade, a cessionária nada havia feito até então, no sentido de dar o devido cumprimento às obrigações que lhe são impostas pelos diplomas legais citados.

12. Daí haver o Dr. Olgmar Pedro Rangel, um dos dignos e zelosos Assistentes Jurídicos do D.N.P.M. chegado à conclusão de que o recurso, no caso, seria a decretação da caducidade do Decreto n.º 36.260-54, por inadimplemento das obrigações impostas pelo artigo 34, números I, II, IV e VIII, do Código de Minas.

13. Ocorreu, entretanto, que, embora concordando, em princípio, com a medida sugerida por aquele Assistente Jurídico, o Sr. Diretor Geral daquele Departamento, ao submeter o processo à consideração de V. Excia. manifestou dúvidas quanto à possibilidade de ser declarada a caducidade dêsse Decreto de vez que a mesma viria implicar na rescisão de um contrato já devidamente registrado pelo Tribunal de Contas da União.

14. Para dirimir essa dúvida, sugeriu aquela autoridade a audiência desta Consultoria Jurídica a fim de ficar esclarecido qual a providência mais aconselhável na espécie.

15. Havendo V. Excia. concordado com essa sugestão, eis o nosso parecer a respeito.

16. O problema, como se vê, consiste em encontrar-se uma solução para o verdadeiro "impasse" surgido entre a Administração do Território e a emprêsa Indústria e Comércio Guano-Fosfato Ltda., no que concerne à exploração da jazida, objeto da cessão, a maior, senão a única fonte de renda com que poderá contar aquela Unidade da Federação.

17. Dois são os caminhos que poderão conduzir a essa solução, a saber:

a) a rescisão do contrato de cessão, por inadimplemento das obrigações no mesmo estipulados;

b) a declaração da caducidade do Decreto em lide, na forma do que dispõe o seu art. 37, por infração do art. 34 ns. I, II, IV e VIII do Código de Minas

18. No que concerne à primeira das soluções aventadas, a nossa opinião é que, em se tratando de um contrato que se tornou perfeito e acabado com o seu registro pelo Tribunal de Contas, a sua rescisão, na esfera administrativa, sòmente será possível mediante acôrdo entre as partes convenientes, o que, em nosso entender, se nos afigura de todo impossível, diante da animosidade existente entre elas.

19. Assim sendo, a questão teria forçosamente de extravasar-se para a esfera judiciária, o que representaria mais alguns anos de inatividade da jazida, com graves prejuizos para a comunidade daquele Território, que pràticamente, sòmente poderá contar com essa fonte de renda, para a elevação do nível de vida.

20. O problema assume ainda maior complexidade, se levarmos em conta o fato de haver a antiga administração do Território firmado um contrato de cessão dos direitos concernentes à exploração da jazida, e não de simples arrendamento, conforme havia sido recomendado pelo Ministério.

21. Houve, como se vê, uma alienação, uma transferência dêsses direitos em caráter definitivo, para o patrimônio da cessionária, fato êsse que virá dificultar sobremodo a sua rescisão, o que não aconteceria se tivesse havido um simples arrendamento, como mero contrato de locação que é.

22. É bem verdade que se trata, na espécie, de uma cessão "sui generis", eis que, por ela, ficou a cessionária adstrita ao cumprimento de uma série de obrigações, inclusive o pagamento de uma cota fixa sôbre o produto extraído.

23. Isso, não obstante, fôrça é convir que a sua rescisão seria bastante difícil, sobretudo se levarmos em consideração o fato de não constar

do contrato nenhuma cláusula resguardando os direitos do cedente, em caso de inadimplemento de quaisquer das cláusulas contratuais.

24. Assim sendo, o recurso será a declaração de caducidade do Decreto em causa, na forma sugerida pelo D.N.F.M., evitando-se, com essa medida que a jazida continui inativa por mais tempo, com graves prejuizos para a economia daquele Território.

25. É bem verdade que essa medida não deixará de refletir no contrato de cessão celebrado entre o Território e a referida emprêsa.

26. De qualquer forma, porém, o que está fora de qualquer dúvida é que outra não poderá ser a solução cabível na hipótese, em face do que dispõe o art. 37 do Código de Minas, uma vez constatado o não cumprimento de vários dispositivos do referido diploma legal, sem que haja ocorrido qualquer motivo de fôrça maior, capaz de justificar essa inobservância.

27. Quanto à composição de perdas e danos porventura cabíveis, como decerrência da rescisão do aludido contrato, é um assunto que deverá ser discutido entre as próprias partes contratantes, já que ao Ministério falece competência para deliberar a respeito, uma vez que não foi parte do mesmo.

28. O que he compete, isto sim, é verificar se o Código de Minas vem ou não vem sendo observado para, uma vez constatada a infração de qualquer dos seus dispositivos, promover a declaração de caducidade da concessão.

Após êsse parecer foi expedido pelo D N P M o Edital n.º 21/57, publicado no Diário Oficial de 1 de Março 1957, concedendo à Emprêsa o prazo de 60 dias para apresentar defesa contra a caducidade do Decreto que concedeu os direitos de lavra do Govêrno do Território, por ter o cessionário infringido o disposto nos itens I, II, IV e VIII do art 34 do Código de Minas.

A defesa foi apresentada e o Govêrno do Território reforçou a sua contestação, fazendo com que, novo parecer fôsse emitido, e que transcrevemos abaixo, aprovado pelo Exmo. Sr. Ministro da Agriculutra, Dr. Mario Meneghetti: —

"PARECER N.º 234-SC-17-798-57 — Código de Minas. Paralização dos trabalhos de exploração de jazidas. Alegação de motivo de fôrça maior, com o objetivo de obstar a declaração da caducidade do Decreto de autorização de lavra — Senhor Ministro: —

Com relação à matéria versada no presente processo já tivemos oportunidade de emitir parecer de fls 98 e 103, aprovado por V. Excia., no qual, após havermos examinado o assunto sôbre todos os seus aspectos, concluimos pela necessidade da instauração do competente processo de caducidade do Decreto n.º 36.260, de 27.11.54, que autorizou o Govêrno

do Território Federal de Fernando de Noronha a lavrar jazida de fosfato e associados na Ilha Rata, concessão essa por êle cedida, por escritura de 22.11.54, à emprêsa INDÚSTRIA E COMÉRCIO GUANO FOSFATO LTDA.

2. Motivou êsse nosso pronunciamento, o fato de se encontrarem paralizadas, há vários anos, os trabalhos de lavra da jazida em apreço, consoante foi constatada, "in-loco", por duas comissões que vistoriaram a jazida, uma delas integrada por funcionários do DNT e outra por servidores do DNPM.

3. Constatada essa inércia da concessionária, não tivemos dúvida em sugerir, com fundamento no que dispõe o art 37 do mesmo dípioma legal, a declaração da caducidade do citado decreto, por infringência do art 34 itens I, II, IV, VIII e XIII do Código de Minas.

4. Retorna agora o processo a esta Consultoria Jurídica, por sugestão do Sr. Diretor Geral do referido Departamento, a fim de reexaminarmos a matéria, à luz dos argumentos expendidos nas defesas apresentadas pelas partes interessadas, no processo instaurado para decretação da medida sugerida em nosso parecer.

5. Na longa defesa apresentada no processo, procura a cessionária demonstrar, através de farta documentação, que se não deu início aos trabalhos de lavra da jazida, foi por culpa única e exclusiva do atual Governador e Comandante Militar da Ilha, Major Abelardo de Alvarenga Mafra, que tudo vem fazendo para impedir possa ela levar a bom têrmo o empreendimento a que se propôs, com o evidente propósito de provocar a caducidade do Decreto objeto do contrato da cessão, para que possa explorar diretamente a jazida.

6. Essa acusação e, entretanto, veementemente contestada pelo acusado, que, na defesa apresentada, procura provar, com argumentos não menos ponderáveis, que se a cessionária não conseguiu até hoje, decorridos vários anos, levar a cabo essa missão, foi justamente por carecer de idoneidade técnica, financeira e administrativa, para tal fim, o que tem causado sérios prejuizos para a comunidade local, que tem nessa jazida a única fonte de recursos próprios para o seu desenvolvimento.

7. A questão, como se vê, resume-se em saber com quem está a razão: Se com a cessionária, quando lança tôda a responsabilidade pela paralização da lavra, ao atual Governador da Ilha, procurando, com isso, caracterizar o motivo de fôrça maior, a fim de obter uma prorrogação de prazo para reinício dos trabalhos interrompidos há vários anos, ou se com a referida autoridade, quando aponta a cessionária como técnica, financeira e administrativamente incapaz de levar a cabo êsse empreendimento.

8. Frente à disposição do art. 37 do Código de Minas, uma vez caracterizado o não cumprimento de qualquer das obrigações por êle impostas aos que se dedicam às atividades mineiras, impõe-se, de plano, a declaração da caducidade da concessão, a menos que ocorra motivo de fôrça maior, a juizo do Govêrno.

9. Por motivo de fôrça maior ou caso fortúito, entende-se na defini-

ção adotada pelo nosso Código Civil (art. 1058), todo "fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar ou impedir".

10. A matéria como observa o mestre AGUIAR DIAS (Da responsabilidade Civil, 2.ª Ed, vol. II, pág 280), tem suscitado debates tão agitados como o travado a respeito do fundamento da responsabilidade civil. Disputando o acêrto da solução dêsse intrincado problema, surgiram entre nós duas correntes a saber: — a que se filia ao critério objetivo, esposado pelo Código Civil e que congrega a grande maioria dos nossos civilistas (CLOVIS BEVILAQUA, **Cód Civil Com.**, vol IV, pág 216; JOÃO LUIZ ALVES, **Cód Civil Anot**, pág 711; J. X. CARVALHO DE MENDONÇA, **Trat de Dir Com**, vol 6 parte 1.ª, n.º 406 e 407; CARVALHO SANTOS, **Cód. Bras. Int.**, vol 14, pags 213, e outros) e a dos que perfilham a corrente subjetiva, esta última constituida de EDUARDO ESPINDOLA (Sist. de Cód, Civil Bras, vol 2 pags 360 e segs) e SPENCET VAMPRÉ (**Rev dos Trib** Vol 37, págs 146 e segs).

11. Após haver criticado os critérios exclusivistas perfilhados por essas duas correntes, de per si insuficientes para solucionar êsse intrincado problema, o Prof. ARNOLDO DE MEDEIROS, em sua consagrada monografia "CASO FORTÚITO E TEORIA DA IMPREVISÃO", apresentou uma teoria aclética do **caso fortúito** ou **fôrça maior**, resultante da combinação de dois elementos: **um externo de caráter objetivo, ou seja a inevitabilidade do evento; outro interno, ou subjetivo, traduzido na ausência de culpa.**

12. De acôrdo com esta teoria, que vem ganhando terreno na doutrina e na jurisprudência dos nossos tribunais, de todo incabível se nos afigura a invocação do **caso fortúito** ou de **fôrça maior**, com o objetivo de se ilidir a aplicação da penalidade prevista no art 37 do Código de Minas, ao caso presente.

13. Isso porque, na hipótese, absurdo seria falar-se em **inevitabilidade do evento ou na ausência de culpa** por parte da cessionária, para justificar a sua inércia na exploração da jazida, há tantos anos paralizada.

14. Tivesse ela cumprido religiosamente as obrigações que lhe foram impostas no contrato de cessão, e por certo que o atual Governador da Ilha de Fernando de Noronha não teria motivos para embaraçar os trabalhos de exploração da jazida.

15. Mas, admitindo, ainda que para argumentar, que se trata de um caso pessoal entre a referida autoridade e a cessionária, ainda assim não se justificava a sua inércia durante tantos anos, eis que nessa hipótese, poderia ter ela recorrido, em tempo hábil, a medidas judiciais sumárias, a fim de resguardar os seus direitos de lavra da jazida, como decorrência do referido contrato de cessão que como dissemos, data de 1954.

16. Assim, mesmo que se admita a concorrência de culpa na hipótese versada no presente processo, ainda assim, não podemos deixar de opinar pela denegação da prorrogação de prazo solicitada, dé vez que essa medida, além de não encontrar amparo legal, dada a inexistência de caso for-

tûito ou fôrça maior capaz de justificá-la, só viria procrastinar em desfêcho que mais cêdo ou mais tarde terá de ocorrer, diante da animosidade existente entre as partes interessadas na exploração da jazida. É o que nos parece, salvo melhor juízo. Rio de Janeiro 26 de novembro de 1957. Assinado Benjamim de Campos — Consultor Jurídico".

Como solução final o Diário Oficial de 24 de janeiro de 1958, publica o Decreto que declara caduca a concessão, que abaixo é transcrito: —

"**DECRETO N.º 43.063 — de 22 de janeiro de 1958 —**

Declara caduca a autorização de lavra conferida pelo Decreto n.º 36.260, de 27 de Setembro de 1954.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o art 87 n.º I da Constituição e nos têrmos do Decreto Lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas) tendo em vista o que consta do processo do Departamento Nacional da Produção — D N P M — 3475, de 1956, decreta: —

"Artigo único. É declarada caduca a autorização de lavra conferida pelo Decreto número trinta e seis mil duzentos e sessenta (36.260) de vinte e sete (27) de setembro de mil novecentos e cinquenta e quatro (1954), ao Govêrno do Território Federal de Fernando de Noronha e de cujo direito é cessionária a emprêsa Indústria e Comércio — Guano Fosfato Ltda."

Em consequência, não existindo mais a concessão, e "ipso-facto" não mais vigorando o contrato de cessão de direitos de lavra, pelo seu item quinto "todos os bens pertencentes à emprêsa existentes na Ilha Rata no Território, compreendendo, móveis, semoventes, maquinarias e imóveis, ficarao pertencendo ao Govêrno do Território".'

Percebendo a Indústria Comércio Guano Fosfato Ltda., que a decretação de caducidade era iminente, procurou valer-se de outros recursos, a fim de garantir a extração de pelo menos uma parte do guano da Ilha Rata.

Assim é que em 20 de novembro de 1956, compareceu perante a 1.ª Junta de Conciliação e Julgamento do Recife o Sr. Alfredo Vieira Magalhães reclamando contra a emprêsa o pagamento de Cr$ 658.000,00 de salários retidos, comissões, férias e indenização a que se julgava com direito.

Tendo o processo corrido à revelia da reclamada, que não compareceu a audiência, apesar de regularmente notificada, resolveu a 1.ª Junta de Conciliação e Julgamento do Recife, julgar procedente a reclamação condenando a reclamada a pagar a importância exigida.

A 14 de janeiro de 1957, compareceram perante aquela Junta de Conciliação e Julgamento do Recife, o reclamante e a

reclamada, Indústria e Comércio Guano Fosfato Ltda., representada pelo seu Diretor Gerente Sr. Arnaldo Moreira Pinto. Foi feita uma proposta de conciliação tendo os litigantes entrado num acôrdo, pelo qual, a reclamada pagaria a importância devida ao reclamante, com a cessão de 22.000 toneladas de guano fosfato, a serem retiradas de suas minas na Ilha Rata, entregando ao reclamante, a fim de que possa retirar o adubo cedido, tôdas as suas instalações e pertences necessários à exploração que seria feita.

Em junho de 1957, recebemos do Sr. Presidente do Tribunal Regional do Trabalho de Pernambuco o Ofício n.º TRT — 335/57, comunicando a decisão da 1.ª Junta de Conciliação e Julgamento do Recife. Agradecemos a comunicação pelo Ofício n.º 17-Gov de 19.6.57 e informamos o que se passava com referência à exploração do fosfato na Ilha Rata, falando do processo de caducidade que corria no D N P M; da impressão de má fé no acôrdo estabelecido perante a Junta; que o Sr. Magalhães havia sido sócio da firma, passando depois a empregado; e que a emprêsa não estava capacitada a fornecer ao reclamante os meios necessários à lavra e extração do guano fosfato.

Em 25 de novembro de 1957, recebemos o Ofício n.º 38/57 de 5.11.57, do Desembargador Mário Guimarães Fernandes Pinheiro solicitando informações acêrca do Mandado de Segurança n.º 1.370, em que era requerente o sr. Alfredo Vieira de Magalhães, no qual, entre outras coisas, o impetrante dizia que o Govêrno do Território o impediu de tirar 22.000 toneladas de fosfato empregando fôrça militar sob seu comando, deixando ainda de cumprir determinações judiciais.

Prestamos as informações dentro do prazo legal de 5 dias e contestamos tôdas as alegações. O processo foi distribuido ao Procurador Dr. Heitor de Menezes Cortes cujo parecer conclui pela incompetência da 5.ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal para conhecer do mandado de segurança, ainda opinando pela sua denegação uma vez que não ficou caracterizada a coação de direito e nem ter o Governador deixado de cumprir determinações expressas do Tribunal Regional de Pernambuco, uma vez que o Ofício do Sr. Presidente daquele Tribunal, como alegou o próprio impetrante, era, apenas, informativo.

Julgando-se incompetente, por unanimidade, a 5.ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, será o Mandado distribuido a uma das Varas da Fazenda Pública do Distrito Federal.

TURISMO

Ao sermos nomeado Governador do Território, um dos pontos capitais do nosso programa era o desenvolvimento do Turismo.

Para isso, chegamos a traçar planos e entabolar entendimentos com várias organizações. A nossa idéia obteve grande receptividade, particularmente em Pernambuco, tendo chegado ao Território propostas de excursões turísticas de várias emprêsas.

Com o desenrolar dos acontecimentos, nossos planos tiveram que ser adiados, mas, somos de opinião, como tantos outros Governadores que por aqui passaram e outras pessoas que aqui estiveram, que o Arquipélago, com boas acomodações, um hotel confortável, boas estradas e o pôrto, seria um dos mais aconselháveis recantos para repouso e passeio e ao mesmo tempo seria uma grande fonte de divisas para o País, podendo trazer a independência econômica de Fernando de Noronha, que vive única e exclusivamente de verbas da União.

O Turismo poderá coexistir com o Pôsto de Observação de Teleguiados, uma vez que a Ilha, pela sua conformação topográfica e com seus 26 km2, possibilita um isolamento entre as instalações, e as áreas reservadas aos turistas.

A Ilha oferece condições excepcionais para a localização de hotéis, pela sua beleza incomparável, pelos seus recantos maravilhosos, pelas dez praias de aspectos diferentes e de fácil acesso, pelas suas antigas fortificações, pelas suas águas, claras e límpidas, que são um convite permanente aos amantes da pesca, principalmente os da pesca submarina.

Confirmando o que foi dito, transcrevemos a seguir várias opiniões a respeito: —

"Fernando de Noronha possui qualidades excepcionais pa-

ra um Centro Turístico altamente interessante para o Brasil. Tanto quanto conheço, não existe qualquer incompatibilidade entre a instalação da Base de Teleguiados e o turismo da Ilha" (Deputado Newton Carneiro — Vice líder da Oposição da Câmara).

"Depois de conhecer a Ilha não posso deixar de querer que o Turismo seja incentivado, creio que podemos obter grande número de divisas, com o turismo planificado para a Ilha" (Deputado Jefferson Aguiar Vice líder da Maioria na Câmara).

"A Ilha é um paraiso perdido à espera de um plano de turismo que a faça produzir muitos cruzeiros e dólares" (Revista do Globo — Hélio Polito Lopes).

"O gôsto dos habitantes de Fernando de Noronha é ver a Ilha com suas belas praias e a sua paisagem deslumbrante transformada um dia, numa estação de turismo e de repouso, SERÁ UMA CAPRI BRASILEIRA, acredito e tenho razão" (Ruy Bloem — Folhas de São Paulo).

"Paisagem digna de uma tela" (Telmo de Freitas — A Gazeta de Notícias — Fortaleza — Ceará).

"Centro de pesca e turismo de excepcional valor" (João Silveira — Correio do Povo — Recife — Pe.).

"Ao toque mágico da boa vontade oficial, transformar-se-á numa ante-sala do Brasil, em recanto turístico dos mais procurados pelos estrangeiros em estáfa ou fartos de metropolitanismo de vida artificial e sofisticada. Está certo que Fernando de Noronha se torne um posto avançado de armas modernas, se transmude em pôsto de observação magnífico dos teleguiados, se converta na orelha em concha do próprio continente, voltado para a Europa e África e munida de mil radares. Mas, nem por isso, deve abdicar de outras vantagens. Pelo contrário, cabe reivindicar com sucesso, na oportunidade, direitos que em vão sempre pleiteou: — o de ser um recanto turístico e de contar com a melhor escola de pesca do País" (O Povo — Fortaleza — Ceará — Fevereiro de 1957).

A aprovação da "Operação Arquipélago" pelo Congresso Nacional, proporcionará meios para se planificar o turismo, tornando-o uma fonte de renda para o Território e até para o Brasil.

Estudos procedidos, nos levam à convicção de que o turismo em Fernando de Noronha é auto-financiável e os empréstimos para se iniciar qualquer projeto nesse sentido, serão amortizados em curto prazo.

ASSUNTOS DIVERSOS

1. — VISITAS

Em 26 de junho de 1957, fomos honrados com a visita do Exmo. Sr. Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, o primeiro Presidente da República a pisar em Fernando de Noronha, acompanhado de ilustre comitiva, destacando-se os Exmos. Srs. Ministro da Guerra, General Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott, Ministro da Aeronáutica Brigadeiro Henrique Fleiuss. Chefes das Casas Civil e Militar, respectivamente Dr. Victor Nunes Leal e General Nelson de Melo, Comandantes do IV Exército, 3.º Distrito Naval e 2.ª Zona Aérea, jornalistas e pessoas gradas.

Na ocasião, Sua Excelência teve oportunidade de percorrer os pontos principais da Ilha, incluindo as áreas utilizadas pelos norte-americanos em seus trabalhos de montagem do Pôsto de Observação de Teleguiados. Inteirando-se "in-loco" dos problemas principais do Território, prometeu um maior apôio do seu govêrno no sentido de promover o desenvolvimento econômico dêste pedaço da Federação.

Também, durante nossa gestão, como Governador, aqui estiveram diversas caravanas estudantís, dentre as quais destacamos a do Curso de Geologia da Universidade do Recife e Curso de Geografia e História da mesma Universidade, os quais realizaram estudos concernentes às respectivas especialidades.

Ainda estiveram em visita de estudos ao Território, um grupo de oficiais da E M F A e o Curso de Estado Maior e Comando das Fôrças Armadas.

Visitas especiais nos fizeram os Exmos. Srs. Comandantes do IV Exército, Generais Cyro do Espírito Santo Cardoso e Zeno Estillac Leal, os Exmos. Srs. Comandantes da 7.ª Região

Militar, Generais Oswaldo de Araújo Motta e Armando de Moraes Áncora, os Exmos. Srs. Comandantes da 2.ª Zona Aérea, Brigadeiros Ismar Brasil, Antonio Barcelos Borges e Ignácio Loyola Daher, o Exmo. Sr. Comandante do 3.º Distrito Naval, Almirante Heitor Batista Coêlho, o Sr. Prefeito Municipal do Recife, Dr. Pelópidas da Silveira, o Exmo. Sr. Embaixador dos Estados Unidos da América do Norte, Mr. Briggs, os Deputados Jefferson Aguiar e Newton Carneiro, vices-líderes da maioria e da oposição no Palácio Tiradentes e outras personalidades de destaque nos meios civís e militares.

2 — IV CONGRESSO NACIONAL DE MUNICÍPIOS

Este Território participou, como convidado especial, do IV Congresso Nacional de Municípios, representado por uma delegação por nós chefiada e tendo como membros os Drs. Eudes Campomizzi, Secretário do Território, J. M. S. Araújo Cavalcante, Secretário Geral da A. B. A. e Professor Francelino de Araújo Gomes, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Distrito Federal e, como acessores, os Drs Francisco Burkinski, da Consultoria Jurídica da C O F A P e José Sebastião Carneiro, Técnico de Administração do D A S P e Presidente da Comissão de Tarefeiros e Contratados.

Foram por esta delegação, apresentadas cinco indicações ao plenário daquele conclave, merecendo tôdas elas aprovação sem restrições. Entre as mesmas destacam-se: —

— sugestão ao Exmo. Sr. Presidente da República no sentido de enviar com urgência ao Congresso Nacional, mensagem com ante-projeto de lei, dispondo sôbre a reorganização administrativa e desenvolvimento econômico dêste Território, da qual Sua Excelência faz referências em sua mensagem de 1.957 ao Poder Legislativo;

— sugestão ao Poder Executivo da criação da Indústria da pesca do Território, organizando uma sociedade de Economia Mista;

— solicitação ao Sr. Presidente da Câmara dos Deputados no sentido de que o projeto n.º 1.627 (Operação Arquipélago) ou substitutivo que venha a ser apresentado, tenha a sua tramitação, discussão e aprovação em regime de urgência;

— sugestão ao Poder Executivo, no sentido de fazer constar do Orçamento da União, com dotações próprias, êste Território.

3. — ESTUDO GEOGRÁFICO

Por nossa solicitação e gentileza do Professor Jurandir Pires Ferreira, Presidente do I B G E, esteve no Território o Professor Lúcio de Castro Soares que procedeu a circunstanciado estudo geográfico que deverá ser publicado na Geografia do Brasil que está sendo organizada por membros daquele Instituto.

4. — PROJETO DE LEI

Aceitando o oferecimento dos Srs. Deputados Jefferson de Aguiar e Newton Carneiro, Vice-líderes da Maioria e da Oposição, que visitaram êste Território, como membros da Comissão Parlamentar de Inquérito que estudava a instalação do Pôsto de Observação de Teleguiados em Fernando de Noronha, em novembro de 1957, entregamos aos mesmos, duas sugestões de ante-projetos de lei; um destinado ao desenvolvimento e recuperação rápida dêste Território; outro visando solucionar o problema do transporte marítimo.

Tinha por finalidade o primeiro ante-projeto, conseguir a abertura de créditos especiais nos Ministérios da Guerra, Viação e Saúde. Os do Ministério da Guerra seriam empregados na construção de 5 casas residenciais, Sub-Estação Elétrica, Garagem, prédio para um Pelotão, (com capacidade para ser transformado em uma Companhia), um Almoxarifado e um paiol, além da montagem e manutenção de uma granja destinada ao abastecimento do Território; o do Ministério da Viação, para estudo e início de construção de um cais para atracação de, no mínimo, dois navios de pequena tonelagem e a reconstrução do açude do Xaréo; do Ministério da Saúde, para estudos, projeto e construção de rêdes de abastecimento dágua e esgôtos no Território.

O segundo ante-projeto sugeria a abertura de um crédito especial pelo Ministério da Viação, destinado à aquisição, pelo Loide Brasileiro, de um navio com capacidade entre 200 e 500 toneladas, dotado de frigorífico, para atender, em regime de prioridade absoluta, às necessidades atuais do Território e, se aprovados, resolveriam os problemas crônicos que sempre afligiram esta e as passadas administrações

5. — RÁDIO AMADORISMO

Promovido por nosso Govêrno, no período de 13 a 15 de

dezembro de 1957, houve uma grande concentração, de caráter internacional, de rádio-amadorismo, congregando membros da Liga de Amadores Brasileiros de Rádio Emissão, que, durante o conclave realizaram um conteste, havendo sido feito pelos rádio-amadores José Vitor de Araújo (PY7AN) e Dr. Odacy Varejão (PY7ACY) 1.049 comunicados em fonia e telegrafia, com mais de 40 países diferentes.

Aos rádio-amadores que conseguiram se comunicar com a Ilha nessa época, foi distribuido pela L.A.B.R.E. e Govêrno do Território um belo diploma.

A partir dêste conteste, a Ilha de Fernando de Noronha passou a ser considerada como um novo país para os rádio-amadores de todo o mundo. Atualmente possui o Território seis rádio-amadores em atividade.

5. — CENSO

No censo realizado em dezembro de 1947 obteve-se o seguinte resultado: —

a) — Habitantes

Homens	294
Mulheres	262
Meninos	233
Meninas	219
Total	1.008
População flutuante	410

b) — Prédios

Residenciais	181
Coletivos	13
Comerciais	10
	204
Em ruinas	7

Piso

Cimento	141
Madeira	13
Chão batido	11
Mosaico	10
Misto	29
	204

Cobertura

Telha	131
Alumínio ou zinco	20
Palha	2
Cimento Armado	10
Brasilit ou Coberit	36
Misto	5
	204

Dependências

Quartos	431
Salas	345
Água canalizada	185
Banheiro	119
Aparelhos Sanitários	129
(ligados à rêde de esgôtos)	44
(ligados a fossas)	85
Pias	177

Das casas existentes, uma foi construida em 1954, dez em 1956 e oito em 1957. As restantes são remanescentes do antigo presídio, portanto, sem o necessário confôrto, higiene, e, necessitando sempre de reparos por serem construidas com pedras irregulares e areia. Ainda existem: —

Igreja	1 (uma)
Capela	1 (uma)
Igreja Evangélica	1 (uma)
Cinema	1 (um)
Oficina	1 (uma
Estação de rádio	2 (duas)

Estação Cabográfica	2 (duas)
Ag Postal Telegráfica	1 (uma)
Quartéis	2 (dois)
Enfermaria	1 (uma)
Galpões	3 (três)
Grupo Escolar	1 (um)
Estaleiro	1 (um)
Frigorífico	1 (um)
Almoxarifado	2 (dois)
Armazens do pôrto	2 (dois)
Fábrica de blocos e mosaico	1 (uma)
Usina Elétrica	1 (uma)
Pôsto de Puericultura	1 (um)
Maternidade	1 (uma)
Biblioteca	1 (uma)
Garagem	1 (uma)
Centro Social	1 (um)
Palácio	1 (um)
Hotel	1 (um)
Central Telefônica	1 (uma)
Clubes	2 (dois)
Centro de Saúde	1 (um)
Serviço de embarque	1 (um)
Dep. de forragem	1 (um)
Estábulo	1 (um)
Banheiro (carrapaticida)	1 (um)
Pocilga	1 (uma)
Aviários	2 (dois)

Destacamento da FAB, com várias dependências militares.

CONCLUSÕES

1 Urgente reforma administrativa e consequente revisão total de seu quadro de pessoal, são necessários, atentando para o nível dos vencimentos, por ser difícil o recrutamento de pessoal especializado, tendo em vista a posição geográfica do Território, suas condições de vida e dificuldade de transportes.

2. — Para possibilitar um desenvolvimento de Fernando de Noronha a curto prazo, é imprescindível que o seu orçamento consigne recursos maciços — muitos deles recuperáveis — particularmente na Verba 4.0.00 — Investimentos, — que possibilitarão um planejamento completo de obras, empreendimentos e serviços tendo em vista o desenvolvimento progressivo do Arquipélago, o aproveitamento de seus recursos naturais, a melhoria das condições de vida de seus habitantes e a Segurança Nacional.

3. — Quanto ao abastecimento dágua a produção deixou de ser problema. Torna-se, no entanto, necessário um grande empenho para a construção de uma nova rêde de distribuição (a existente é defeituosa e mal traçada), o que possibilitará um melhor aproveitamento da água, evitando-se o desperdício que se verifica por falta de condições técnicas. Quanto à água de beber, novas cisternas deverão ser feitas para aproveitamento das grandes áreas cobertas.

4. — A pesca deverá ser mantida e apoiada, pois dela dependem várias famílias radicadas em Fernando de Noro-

nha, proporciona uma pequena renda ao Centro Social, além de fornecer alimento sadio e barato à população, o que é importante devido à dificuldade de aquisição de carne. Só deverá expandir-se, em grande escala, se surgirem capitais particulares ou o próprio Govêrno Federal tomar a iniciativa, não devendo o Território fazê-lo sozinho.

5. — Planificando-se o Turismo, surgirá uma nova fonte de renda, em virtude das condições ideais oferecidas pelo Arquipélago.

6. — Com a recente decretação da caducidade da concessão de lavra de fosfato na Ilha Rata, abrem-se ao Território novos horizontes para a exploração do mesmo, que se transformará em apreciável fonte de renda a qual poderá ser aplicada na resolução dos problemas de habitação, ensino e produção, além de solucionar o transporte marítimo, pois será necessário pelo menos um barco, para a condução daquele adubo.

Abelardo de Alvarenga Mafra, major
Governador do Território de Fernando de Noronha

M. FAZENDA
D.A.-RJ-C3
20224
COM. INVENTÁRIO
PORT. 114/73

Êste livro deve ser devolvido na última data carimbada

12 JUN 959

Imp. Nacional —

Ministério da Fazenda
982-58
353.98136
R382
~~Fernando de~~ Noronha (território).
AUTOR
Governadores.
Relatório do governo 1956/57
TÍTULO

Êste livro deve ser devolvido na última data carimbada

12 JUN 959			

9c62-58